



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 383 - DE 15 A 29 DE NOVEMBRO DE 2009 - R\$ 3,00

Barbárie no Rio de Janeiro: Militarização do governo Lula Responder com o programa proletário

**Conlutas + Intersindical = ?
A burocratização como saída
às cisões sem as massas.
A perspectiva de fracasso da
frente de esquerda e do PSol**



**A crise capitalista não passou.
Os trabalhadores devem se preparar para o pior**

**Formação Política:
O POR avalia criticamente a experiência
da luta armada dos anos 60 e 70:
Parte 2 - A cisão do PCdoB**

**Serra impõe
novo reitor
à USP**

Fora os EUA do Afeganistão e região!

**Honduras: EUA impõem acordo, que não se cumpre.
As massas não devem se arrastar atrás de Zelaya!
Combater os golpistas, mas com a bandeira
do governo operário e camponês!**

Um alerta para a euforia

A retomada econômica no Brasil, depois da abrupta quebra em fins de 2008 do período de crescimento iniciado em 2003, tem sido motivo de entusiasmo do governo e de setores da burguesia. A previsão de queda negativa no PIB não se confirmará. A rapidez com a qual ocorreu surpreendeu os analistas. E o impulso consumista do mercado interno permitiu a Lula revidar aos que zombaram de sua avaliação de que a crise mundial chegaria com uma “marolinha”. O ministro Lupi também respondeu aos céticos que criticaram sua previsão de criação de um milhão de postos de trabalho, que reporiem as perdas ocorridas no auge da crise.

Em pouco tempo houve uma reversão de expectativa na elite econômica, empresas e investidores, que contabilizam para 2009 uma taxa de 5% positiva.

A façanha se explica pela intervenção do Estado com bilhões de Reais para proteger as multinacionais e exportadores, pela política ofensiva de empréstimos do BNDES, pela redução da taxa de juros (Selic) e pelo crescimento da dívida interna. A invasão de dólares externos é consequência das possibilidades de bons negócios e de lucratividade fácil obtida pela especulação na Bolsa de Valores.

Em fins de outubro, o Banco de Com-

pensações Internacionais (BIS) revelou que o Brasil galgou o posto do 6º país que mais tem expandido o crédito internacional e está à frente na expansão dos denominados “emergentes”. “Graças ao Brasil, a expansão dos créditos na América Latina chegou a US\$ 5,8 bilhões, depois de queda de US\$ 20 bilhões no primeiro trimestre e US\$ 44 bilhões no último trimestre.” (O Estado de São Paulo, 23 de outubro)

Em outubro, a revoada de dólares para a Bolsa de Valores bateu recorde na série que passou a ser contabilizada desde 1947. O fator especulativo é evidente. “No ano, considerando o saldo parcial de outubro, os investimentos em ações somam US\$ 30,292 bilhões (dos quais US\$ 25,79 bilhões em operações Bovespa). O valor é quase o dobro dos US\$ 17,691 bilhões em Investimento Direto (IED), destinado à produção.

O Institute for International Finance (IFF) reconhece que o Brasil está diante de “uma bolha especulativa”. Alerta: “O crédito, que teve crescimento de 30% em 2008, cresceu outros 12% este ano – apesar da queda, ainda está em dois dígitos.” (O Estado, 8 de Nov.)

Com os juros internacionais quase negativos e a alta liquidez, as corporações especializadas em especulação tomam empréstimos baratos e os aplicam

no Brasil obtendo retorno altíssimo em curto prazo. As consequências são valorização do Real, enfraquecimento das exportações, aumento das importações, déficit em conta corrente e aumento das reservas em dólar.

Devido à queda da economia mundial, o capital financeiro procura “praças” para se valorizar. A maciça intervenção do governo Lula para sustentar as multinacionais e sua política pró-capital externo mantiveram a economia do Brasil ativa, certamente a um custo que será melhor auferido no futuro próximo.

Não por acaso, cresce a pressão para que o governo faça cortes orçamentários, retome as reformas antipopulares, ataque o funcionalismo público e volte aos altos superávits primários.

O impulso do mercado interno na contracorrente da recessão que assola as potências e da economia mundial que ainda enfrenta a crise de superprodução é limitado e não terá como continuar sua marcha ascendente.

Há que alertar os trabalhadores frente à euforia burguesa do governo Lula. Há que combater os ecos eufóricos disseminado pela burocracia sindical de que a crise ficou para trás. Há que organizar a luta e preparar a classe operária para enfrentar o pior.

PCdoB, prestigiado pelo governo

O Congresso do PCdoB contou com a presença dos principais políticos do PT e do governo. Destacou a figura do Presidente da República, Luiz Ignácio Lula da Silva, da ministra e candidata à sucessão presidencial Dilma Rousseff e do ministro da Justiça Tarso Genro.

Os estalinistas fazem parte do governo, detêm o Ministério dos Esportes e vários altos postos na máquina do Estado. No parlamento, o PCdoB participa do denominado bloquinho, juntamente com o PDT e PSB.

O anúncio da candidatura de Ciro Gomes do PSB, que recentemente incorporou nada mais nada menos do que o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Paulo Scaf, se tornou motivo de preocupação de Lula,

ainda que o peessebista esteja apenas manobrando.

A saída da ex-ministra do Meio Ambiente, Marina da Silva, e o lançamento de sua candidatura pelo Partido Verde (PV) tornou-se um complicador para o objetivo do governo de fazer uma grande frente contra a candidatura de José Serra do PSDB, que conta com a aliança natural do DEM. Caso o aventureiro Ciro Gomes vá em frente com sua pretensão, a complicação se torna ainda maior.

O PV estava obrigado a se enfileirar por trás de Serra, mas com Marina - uma cria do PT - possibilita-se que essa porquieira de partido faça o jogo dos aparatos. No segundo turno, poderá negociar seu apoio. Quanto a Ciro, Lula procura influenciar o PSB para conter o espalha-

fatoso político cearense.

A presença de todo o governo no Congresso dos estalinistas domesticados vem no sentido potenciar o PCdoB na tarefa de influenciar o bloquinho a manter-se coeso sob as asas de Lula. O PDT, comandado pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi, não vê razão para não fechar com Dilma, pelo menos por enquanto.

As pesquisas não são favoráveis à candidata lulista, mas se espera que o poder da máquina do Estado possa reverter o quadro, uma vez que o governo tem a seu favor o apoio de parte significativa da população.

Lembremos que o PCdoB nasceu da cisão com o PCB, sob a alegação de que este havia passado para o campo do revisionismo, assimilando a tese da “coexis-

tência pacífica” com o imperialismo e da “via pacífica da revolução”. Lançou-se à guerrilha do Araguaia em fins dos anos 60 e começo de 70, quando foi esmagado pela ditadura militar. Hoje, é um cachorrinho da política burguesa e um bibelô

com foice e martelo manejado por Lula. O estalinismo mostra sua face reacionária, não tão visível quando resolveu pegar em armas contra o governo militar.

O discurso jocoso de Lula sobre uma declaração imbecil de Caetano Veloso,

que o chamou de cafona e analfabeto, caiu bem aos estalinistas e foi do tamanho de seu Congresso. Nem cafona, nem analfabeto, Lula é um serviçal da classe capitalista. O PCdoB o considera expressão progressiva das forças sociais.

Congresso do PSOL e eleições

O PSTU esperava que o II Congresso do PSOL aprovasse a candidatura de Heloísa Helena para disputar as eleições presidenciais em outubro de 2010 e reeditar a Frente de Esquerda. Mas Heloísa disse não. Tem outra perspectiva para sua carreira política – voltar ao Senado, de onde saiu.

As correntes internas ao PSOL, como LSR, CST e CSOL, esperavam que o Congresso fosse incisivo na definição da candidatura. No entanto, apesar do empenho, não puderam concretizar a linha do PSTU de Frente de Esquerda, com Heloísa Helena para presidente e Zé Maria para vice. Assim, LSR, CST e CSOL, por serem ultra minoritários, apenas puderam cumprir a função de porta-vozes da política morenista do PSTU.

A corrente LSR avalia que o grande problema do II Congresso está em que a indefinição da candidatura poderá atrasar o processo, e mesmo que Heloísa aceite mais adiante encabeçar a chapa da Frente de Esquerda poderá ser tarde e comparecer como “esvaziada”. Está aí o desespero desses socialistas eleitoralistas.

No artigo “O PSOL é o principal obstáculo para uma frente classista e socialista”, assinado por Eduardo Almeida, do jornal “Opinião Socialista”, chega-se a seguinte conclusão: “O PSOL vive uma séria crise que chega a ameaçar seu próprio projeto de partido.” E por quê? Resposta: “O debate sobre um tema que deveria ser simples – a candidatura presidencial em 2010 – se transformou em uma novela que ameaça aprofundar ainda mais a crise”.

Simples, por quê? O dirigente do PSTU explica: “A discussão deveria ser simples porque Heloísa Helena, a maior figura pública do partido, é a única candidata com expressão eleitoral de massa

no espaço da oposição de esquerda ao governo Lula.” Almeida não esconde o eleitoralismo. Trata-se de quantos votos se pode obter. Em 2006, Heloísa Helena alcançou “mais de seis milhões de votos” e, agora, conta com “10% das intenções de voto.”

Não importam as posições clericais, reformistas e pró-capitalistas da pequena caudilha, tão bem expressas em 2006.

A Frente de Esquerda não está empenhada em atuar nas eleições para denunciar a democracia burguesa, como expressão da ditadura de classe da burguesia. Não usa as eleições como uma tribuna para expor e defender o programa da revolução proletária. Almeida critica Heloísa Helena por optar pela carreira parlamentar, apoiada na avaliação de que tem “mais de 95% de chance” de ser candidata ao senado e não à presidência”. (Opinião Socialista, 394)

Mas a militante do PSOL usa o mesmo critério numérico do PSTU – pragmatismo eleitoral acima de tudo. Heloísa Helena sabe que não poderá concorrer com a mais nova candidata – Marina Silva.

Não por acaso, uma ala do PSOL vê melhores oportunidades se aproximar do PV. Isso também explica a posição da requisitada candidata à Frente de Esquerda se pronunciar em favor de Marina.

O PSTU se mostra preocupado com o futuro do PSOL. Almeida alerta para o perigo. Quer salvar os social-democratas. O analista prevê: “(...) A campanha de Marina vai aglutinar setores da burguesia para tentar ocupar o espaço que deveria sim ser de uma terceira via, mas dos trabalhadores.”

A idéia de uma “terceira via” elei-

toral dos trabalhadores é uma utopia pequeno-burguesa de esquerda. E pior ainda por estar na dependência de Heloísa Helena.

Voltemos aos cuidados de Almeida em salvar o PSOL de um desastre. “Marina pode ocupar o espaço que anteriormente era de Heloísa. A fragilidade do PSOL, como projeto político, mesmo reformista e eleitoral, aqui se manifesta: o PSOL detona o próprio PSOL.” Ocorre que um PSOL eleitoralmente forte é improvável com ou sem Heloísa Helena. Não tem como ocupar o lugar do PT. Não tem como atrair um setor da burguesia para promover as campanhas e dar o aval de classe. Marina já ocupou o lugar de Heloísa Helena, que receia concorrer à presidência e perder o pequeno brilho eleitoral de 2006.

Para o salvador do PSOL, a solução está no PSTU, que lhe oferece um “programa de ruptura com o imperialismo e a rejeição das alianças de classe.” (Opinião Socialista) A negativa do PSOL e de sua líder máxima em reproduzir a Frente de Esquerda se explica: “o próprio PSOL tem defendido um programa adaptado ao capitalismo e fez alianças com setores da burguesia em 2008 (PV em Porto Alegre, e o PSB de Capiparibe em Macapá).

Ora, o PSOL de 2006 era diferente do PSOL de 2008 e de hoje? Certamente, não. Lembremos que a Frente de Esquerda encabeçada por Heloísa Helena esteve sob a direção do PSOL. No entanto, apesar da experiência, o PSTU insiste que a Frente tem de ser reconstituída nas mesmas condições.

Pelo visto, o PSTU também sofre de agonia eleitoral. Falta-lhe uma Heloísa, que tenha mais de seis milhões de votos.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Números da barbárie

O Rio de Janeiro sintetiza uma das facetas modernas da barbárie do capitalismo em decomposição. Está tomado pelo narcotráfico e por uma “guerra” da polícia que atinge toda uma população dos bairros pobres e miseráveis.

Depois dos últimos confrontos, marcados pela derrubada espetacular de um helicóptero da Polícia Militar, vieram novas caçadas e matanças que chegaram a 36 mortos. O Estado não tem feito senão modernizar o seu aparato de repressão e o narcotráfico a responder com a compra de armas sofisticadas no mercado negro.

As autoridades – governo, judiciário e parlamento – têm como recurso para controlar a expansão do mercado de drogas a “guerra”. Sem matança, o Estado não tem como impor sua lei nos bairros e favelas que concentram milhares e milhares de explorados, desempregados e estropiados. As campanhas de cidadania, de integração humanitária e de culturalização via Ongs, religião, escola etc são máscaras e complemento à ação essencial do Estado burguês de matar. Quando a matança é desmesurada e a polícia se mostra sanguinária em excesso, então as máscaras dos direitos humanos são vestidas para dizer – estão indo além do suportável pela população.

A idéia mais nova é a de “ocupação pacificadora”. A Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro criou as Unidades de Policiamento Pacificadoras (UPP). O princípio é o seguinte: o narcotráfico tomou conta de determinadas áreas urbanas, impôs leis próprias com armas nas mãos e nestes territórios a polícia não entra. A solução, portanto, virá pela guerra de ocupação e implantação do domínio da área conflagrada pelo Estado por meio das UPP.

Em 1998, a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro passou a contabilizar em suas estatísticas as mortes provenientes da ação policial. A ditadura militar criou o capcioso nome de “resistência com morte do opositor - auto de resistência”. Pois bem, há pouco mais de 11 anos as autoridades do Rio começaram a registrar os “autos de resistência”. Resultado: 10.216 mortos pela polícia no estado do Rio, uma média de 2,4 cadáveres por dia.

O artigo “Mortos em ‘autos de resistência’ passam de 10 mil em 11 anos no Rio” lembra que o governador Marcelo Alencar do PSDB, em 1995, baixou um decreto de premiação aos policiais que cumprissem o “auto de resistência”. Logo foi denominada de “gratificação faroeste”. (O Estado de São Paulo, 9/11). Choveu defunto na capital fluminense. De uma média de 16 mortos por mês, saltou para 32.

As execuções passaram a ser um bom negócio. Estima-se que o governo do PSDB tenha gratificado 5 mil policiais, com aumento de até 150% no salário.

E o que se passa agora com o governo de Sérgio Cabral, do PMDB, e principal aliado de Lula? Transcrevemos a passagem do jornalista Felipe Werneck. “O atual governador do Rio é o campeão de autos de resistência: em 2007, foi registrado o maior número absoluto (1.330) e a maior taxa por 100 mil habitantes (8,2) (...) Sob Cabral, um defensor da ‘política de enfrentamento’, foi atingida a marca de 147 mortes praticadas por policiais em um mês, quase cinco por dia.”

A matança desfechada por Cabral dá o conteúdo das UPPs.

O Estado poderá ocupar os morros e favelas do Rio, mas não breará o tráfico, nem amenizará o drama das drogas. Trata-se de um fenômeno econômico e social do capitalismo em decomposição. Expressa o movimento de capitais, as leis do mercado e a divisão de classes. Não há como dissociar a miséria e a riqueza do narcotráfico, da produção, venda e consumo das drogas.

O poder de resistência armada das facções criminosas é expressão do lugar que essa mercadoria passou a ocupar na sociedade capitalista. Está constituída uma poderosa fração burguesa narcotraficante, que arregimenta a juventude miserável para comercializar a droga, vendê-las às camadas abastadas, cujo parasitismo social as leva a profundas deformações.

O capitalismo apodrece em todos os aspectos. É um sistema econômico arcaico, que sobrevive à base da miséria das massas e da violência reacionária da burguesia. Não é possível reformá-lo, mas sim transformá-lo. A classe operária, em sua longa luta histórica contra a explo-

ração e acumulação de riqueza acumulou experiência, forjou um programa e alcançou um alto nível teórico com o socialismo científico de Marx, Engels, Lênin, Trotsky e outros. O proletariado encarna o embrião de uma nova sociedade, portanto, de um novo homem.

As manifestações de barbárie são retratos da burguesia decadente, parasitária e feroz. Basta ver que o capitalismo fez das drogas uma mercadoria, organizou um sofisticado mercado, arrastou parte da juventude oprimida para sua venda e, ao mesmo tempo, armou palcos de violência do Estado. Basta transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, controlada por toda sociedade, para desaparecer o mercado das drogas e de tudo que é pernicioso para a o indivíduo e para a coletividade.

Estamos atrasados em construir o partido da revolução proletária. Quanto mais nos atrasamos, mais o capitalismo converte seu impasse histórico em barbárie. Chega de matança! Construir o partido revolucionário!

Lula amplia o militarismo

Com a Lei Complementar 97, o governo atribui às Forças Armadas poder de polícia. A justificativa é que a criminalidade tem avançado no País.

Pela Constituição, os militares estão encarregados pela segurança externa e a polícia, a interna. A mudança estende a repressão e avança a militarização da vida social.

A reforma, certamente, é mais ampla: centraliza as três Forças por meio de um Estado-Maior Conjunto e dá poderes para o ministro da Defesa. Nesse aspecto, aparentemente se tem menor militarização, uma vez que os comandos do Exército, Aeronáutica e Marinha passam a depender do Ministério da Defesa, que é civil. Mas o Presidente da República, por sua vez, não terá o comando direto, como prevê a Constituição. Estabelece-se a hierarquia do Estado Maior Conjunto, conduzido por um general, subordinado ao Ministério da Defesa, que, em última instância, responde ao Presidente da República. As nomeações dos comandantes das Forças Armadas passam a ser atribuição do Presidente, mas com

indicação do Ministério da Defesa.

A Lei Complementar objetiva, portanto, dois objetivos: 1. Centralizar no poder do Estado o aparato militar; 2. Estender seus poderes de intervenção interna. Com a redução da autonomia das três Forças, espera-se aumentar a capacidade bélica. Para isso, o governo Lula tem despendido verbas (aquisição de submarinos atômicos, aviões e armamentos).

Nos quase sete anos de governo petista, embalado pelo crescimento econômico e pelas condições favoráveis ao saque do imperialismo, Lula projetou a política externa do Brasil. O declínio da Argentina favoreceu a pretensão hegemônica brasileira na América Latina. As crises abertas pelos governos nacionalistas na Venezuela, Bolívia e Equador deram ao governo Lula a chance de atuar como “mediador” – um pretenso bona-

partismo latino-americano, que em última instância corresponde aos interesses das potências.

A estratégia de um Brasil economicamente forte a ponto de pesar decisivamente nas questões da América Latina, vislumbrada pelo regime militar, tem sido encarnada pela administração de Lula, com apoio do grande capital. A descoberta do pré-sal vem servindo de propulsora da estratégia geopolítica brasileira, concebida originalmente pelo general Golbery do Couto e Silva.

A tendência de setores da burguesia e dos militares é pressionar seu Estado a aumentar o potencial militar do País. Se se pretende uma Força Armada com capacidade de intervenção – não só de defesa, mas também de ataque – é necessária a centralização e o armamento em grande escala. A mentalidade da burguesia e de seus agentes nas várias

esferas da sociedade é de que o Brasil tem uma força militar muito aquém do estágio econômico alcançado.

O Alto Comando admitiu relativizar a autonomia de cada segmento em função dessa tendência à militarização, que não diz respeito apenas ao Brasil. O capitalismo entrou em uma etapa convulsiva de sua crise estrutural, ou seja, da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção; entre o mercado mundial e as fronteiras nacionais; e entre o capital altamente concentrado e a força de trabalho depauperada e ameaça pelo desemprego crescente.

Frente ao impulso das tendências bélicas e da militarização das relações nacionais e sociais, cabe ao proletariado e demais explorados pôr em pé seu partido, como parte da reconstituição da IV Internacional.

Unificação Conlutas e Intersindical

O seminário entre os dois agrupamentos sindicais, realizado em 1 e 2 de novembro, tinha por objetivo aprovar a unificação. Estavam presentes a Intersindical, o Movimento por Terra e Liberdade (MTL), o MTST, Movimento de Avanço sindical (MAS) e Pastoral Operária. Não participaram a ASS e o PCB.

O centro das discussões foi o caráter e a composição da Central. O PSTU, que dirige a Conlutas, defende uma Central que abarque os estudantes e os movimentos contra a opressão. Quanto à sua composição, propõe que a direção seja indicada pelas organizações filiadas. A Intersindical, que congrega as correntes internas ao PSOL, defende uma Central que congregue os sindicatos e sua direção seja resultado de um acordo entre as correntes políticas que compõem a Central.

Depois dos debates acalorados entre as duas posições, os dirigentes da Conlutas e Intersindical fizeram um acordo, que foi apresentado ao plenário para o referendo formal. O compromisso é o de realizar um congresso de junho de 2010 e a constituição de uma coordenação provisória composta por 9 integrantes da Conlutas, 9 da Intersindical e 2 para a cada uma das correntes citadas acima. Aprovou-se, também, o nome de Conclat (Congresso Nacional da Classe

Trabalhadora), fazendo alusão à antiga Conclat, da qual nasceu a CUT. No encerramento, não faltaram elogios ao acordo e à necessidade de reabilitar a Frente de Esquerda para as eleições presidenciais de 2010.

Significado da unificação Conlutas e Intersindical

A Intersindical havia realizado seus encontros para aprovar a unidade com a Conlutas. No último, as disputas internas foram acirradas e conclui na não unificação imediata, para que não se despedaçasse em dois grupos de antigos dirigentes sindicais (Jorginho e Mané Melato). O sonho do PSTU não pôde ser concretizado no 1º congresso da Conlutas (2008). A partir daí, foram realizados vários encontros, que culminou nesse seminário nacional. Os setores vinculados a Melato não compareceram, sinalizando a divisão da Intersindical.

O documento assinado por Jorginho, Lujan e outros do PSol intitulado “Construir uma Central Unitária e Superar a Fragmentação da Esquerda nas Lutas e nas Organizações dos Trabalhadores” inicia revelando os impasses em “relação à natureza e ao caráter da central, os quais não permitem uma solução mais definitiva no que diz respeito à participação de organizações estudantis

e de lutas contra as opressões” e que tais impasses “impõem uma solução política que possibilite a fundação da central”. Conclui com as propostas de realização do 1º congresso em 2011, a participação de estudantes e dos movimentos contra a opressão, sem direito a voto, que a decisão definitiva ocorresse somente em 2011 e criação de uma direção provisória formada por consenso entre as organizações envolvidas.

O PSTU, por sua vez, tinha pressa na unificação, mas reivindicava a presença orgânica dos estudantes e dos movimentos populares. Em relação à formação da direção da Central, o PSTU dizia que deveria ser “indicada pela base a partir das organizações filiadas”. A Intersindical falava que era preciso um “acordo entre as correntes políticas” e adiava a decisão por 2 anos. As divergências foram deixadas de lado em nome de algumas concessões para a realização, antes das eleições presidenciais, do Congresso de Unificação.

O impasse permanece e a solução de consenso entre as direções revelou o quanto a Conlutas depende da Intersindical e vice-versa. O acordo por cima da plenária, que aguardou por mais de 4 horas a reunião entre as direções, estampou os traços burocráticos da Intersindical e da Conlutas. Isso

ocorreu porque se trata de duas alas da burocracia de esquerda que faziam parte da CUT e que romperam quando se mostraram impotentes de conduzir uma fração anti-burocrática para derrotar a ala majoritária que se vinculou organicamente ao Estado, que elevou à estatização dos sindicatos no mais alto grau e eliminou princípios democráticos necessários para dirigir os sindicatos e a central como frente única de ação contra os capitalistas e seus governantes. A impotência e a ação truculenta dos burocratas da CUT serviram de justificativa para o PSTU e PSol cindirem com a central e em ritmos diferentes a propor uma “nova central”. Para a Intersindical, a fusão não poderia se dar com o nome da Conlutas, porque estaria se submetendo ao PSTU. Por sua vez, o PSTU não poderia aceitar as regras da Intersindical, porque significaria ser arrastado pelo PSOL. Quem cederia mais? Eis o dilema que teve uma solução burocrática.

A cisão com a CUT e a unificação Conlutas e Intersindical não são ex-

pressões de uma revolta da classe operária e dos explorados em geral com sua direção, que é burocrática e aliada ao governo Lula. São mecanismos de reagrupamento dos sindicatos dirigidos pelos centristas (PSTU) e reformistas (PSol).

O entusiasmo da direção do PSTU e da Intersindical se explica pelo fato da Conlutas se deparar com enormes dificuldades de comparecer como um aparato representativo sindical perante os demais aparatos, principalmente o da CUT. A reunião de forças com a Intersindical ainda a manterá como ultra-minoritária, mas se espera que, solucionada a dificuldade de unificação, outros sindicatos recorrerão à nova central, tamanha a burocratização e a corrupção política das demais centrais. Certamente, o PSTU e PSol dirão que se trata de pôr em pé uma nova alternativa sindical para os trabalhadores.

Uma posição e concepção marxista do sindicato defende a independência política frente à burguesia que é dada pelo programa e pelos métodos

de luta do proletariado. Trabalha por implantar a democracia sindical e a organização pela base. A nova central que por ventura saia do congresso de junho de 2010 terá de dar conta dessa posição e concepção. As disputas de aparato estão em contradição com a tarefa de constituir uma direção revolucionária para o movimento sindical. Mas há ainda um ponto tão fundamental quanto à independência e a democracia de classe: a conquista da unidade política e organizativa do proletariado e demais oprimidos.

O estilhaçamento do movimento em várias centrais constitui um obstáculo para a luta unificada do proletariado. Pode-se responder que a solução virá da tática da frente única. Ocorre que o divisionismo imperante no sindicalismo tem de ser combatido não só pela tática frentista como também pela defesa junto às massas da constituição de uma única central, verdadeiro comando de combate nacional.

Um congresso com aparência democrática para servir à colaboração de classe

O Congresso dos Profissionais de Educação do Ensino Municipal de São Paulo – Sinpeem, realizado no final de outubro, contou com mais de 4.000 delegados. A burocracia usou recursos tecnológicos - painéis de manifestações/congressos passados, vídeos em telões com as imagens do caudilho Cláudio Fonseca – para impressionar os delegados e propagandear o sindicato como se fosse de luta.

O Congresso foi manipulado pelo burocrata dirigente. Procurou não se opor à maioria das emendas aditivas, defendidas pelos setores de oposição. As intervenções dos congressistas foi limitada a 3 minutos. Por pressão de uma parcela significativa da categoria, que expressou descontentamento com as palestras de auto-ajuda, o burocrata manteve as palestras como forma de reduzir o debate de propostas e o balanço da atuação da direção do sindicato. O objetivo do congresso de aprovar um Plano de Educação Municipal, para servir de negociata com o prefeito, foi mantido.

Uma parcela de delegados es-

tava alheio aos debates. Mostrou-se indiferente, o que causou insegurança por parte da burocracia no momento do debate sobre os inquéritos policiais. Dizemos isto porque a corrente dirigente do Sinpeem - Compromisso e Luta - apresentou no texto de referência uma emenda aditiva sobre a questão, mas não encaminhou à discussão e votação. Por outro lado, a oposição que realizou um ato no interior do congresso denunciando a perseguição política e exigindo a retirada dos inquéritos policiais aos militantes opositoristas, também não conseguiu atrair essa parcela que se encontrava à margem dos problemas. A Corrente Proletária na Educação atuou com manifesto e crítica ao texto referencial.

Por ser um congresso sob a centralização autoritária e burocrática de Cláudio Fonseca não pôde aprovar um plano de lutas para enfrentar o governo. A habilidade do burocrata se manifestou em deixar para o final de fevereiro de 2010, na reunião de RE, o debate sobre a convocação de manifestação e as-

sembléia. Portanto, anulou o congresso como instrumento de resposta às medidas e Kassab. É sabido por todos que no final do ano, diante da disputa pela redução de aulas, mais professores ficarão excedentes e serão obrigados a cair de jornada e reduzir salários. Com a municipalização e a implantação do ensino de 9 anos, mais acúmulos serão inviabilizados, obrigando muitos professores a se exonerarem. Por fim, a previsão é de mais salas lotadas, falta de vagas para os alunos e nenhum reajuste salarial. Qual foi a ação do congresso? Nenhuma

Intervenção da Corrente Proletária

A Corrente Proletária denunciou a intenção da burocracia de aprovar o Plano Municipal de Educação e apontou que o Plano não se contrapunha aos interesses dos governos, ONGs e empresários da educação. Denunciou as manobras da burocracia de usar o congresso para referendar a política de colaboração de classe e de rejeitar o Plano de Lutas de defesa das reivindicações dos trabalhadores. Mostrou que para de-

fender escola pública é preciso pôr fim à rede de ensino privada, portanto significa defender a expropriação e a estafização. Respondeu à evasão escolar por meio da defesa do emprego e do Salário Mínimo Vital, o necessário para o sustento de uma família de 4 pessoas. Também defendeu a juventude mostrando o quanto é difícil combinar estudo e trabalho nos dias de hoje e levantou a bandeira de 4 horas na produção e 4 horas no trabalho.

Criticou a tese referência e a eliminação da democracia sindical. Colocou-se pela independência sindical frente ao governo e seus partidos. Chamou os congressistas a construir a fração revolucionária no interior da entidade.

A Corrente Proletária foi obrigada a declarar seu voto em relação ao “não pagamento da dívida externa por meio da realização de uma auditoria”, emenda da Corrente APRA (PSol).

Relembrou a trajetória do PT e de sua adaptação burguesa, que em sua origem defendia o não pagamento da dívida externa, depois passou a falar em auditoria e concluiu com o pagamento da dívida aos imperialistas. Outra emenda do PSol sobre a CPI instalada no Congresso, também foi rejeitada pela Corrente Proletária, que se colocou pelos Tribunais Populares como organismo das massas em luta para julgar e punir os corruptos. Posicionou-se contra emenda de O Trabalho sobre “Política de Fundos” e a “defesa da aplicação de 10% do PIB em educação”, defendendo que a única função do Estado é o de manter com recursos públicos o ensino gratuito, cabendo aos trabalhadores determinar o percentual destinado à educação. Denunciou a farsa do Fundeb e custo-aluno-qualidade. Colocou-se contra o Ensino a Distância, seja como formação continuada dos professores seja para o curso EJA,

mostrando a privatização. Rejeitou a emenda de O Trabalho sobre o Piso Nacional de Lula, criticou o piso do Dieese e defendeu o Salário Mínimo Vital. Por fim, defendeu a revogação da lei 14.660. Essa lei reformulou o Plano de Carreira, eliminando direitos, dificultando a evolução funcional, diminuindo a representação sindical, alterando a composição de jornada e implantação as avaliações externas e de desempenho. Denunciou a traição da burocracia que aceitou a Lei em troca da incorporação das gratificações.

Está aí por que dizemos que, apesar da aparência democrática, o congresso foi manipulado, antidemocrático e servil à política dos governos. Está a colocada a tarefa de construir a fração revolucionária para intervir no sindicato com um programa classista, assentado na democracia operária e nos métodos próprios dos explorados.

Rondônia: duas políticas: a da burocracia e a da Corrente Proletária

Da burocracia Sindical

O governo Cassol, desde seu primeiro mandato, tem atacado os servidores do estado e em especial os de educação, por meio do arrocho salarial, jornada estafante e perseguição de todo tipo. E a burocracia do sindicato não tem uma política de organização dos servidores para enfrentar as medidas governamentais.

A burocracia tem transformado as greves em movimentos de fachada. Inicia numa semana e na semana seguinte quebra a greve, obrigando os trabalhadores da educação a retornarem ao trabalho sem nenhum ganho. Isso tem causado um descrédito por parte de uma parcela da base e tem levado ao afastamento do sindicato.

As reivindicações vitais dos trabalhadores são menosprezadas por essa direção sindical, que se limita à cobrança de cumprimento das leis e à farsa da pressão parlamentar (na Assembleia Legislativa). As perdas salariais, segundo o própria burocracia, chegam a 20% somente no governo de Cassol. E qual tem sido a resposta dos burocratas? Demonstrar o recorde de arrecadação do governo. Mas como cobrar? Para os burocratas, bastam as denúncias.

Em relação ao Plano de Carreira, o governo implantou do jeito que ele queria. O resultado foi uma ação na justiça para o governo fazer cumprir a lei. A assembleia do dia 11 de novembro, que combinou com o ato da CUT, tinha na pauta o Piso Salarial, Reposição, transposição dos servidores da educação do ex território, pagamento do Seguro Pecúlio Iperon, Ação do Salário Mínimo e Valorização, não foi além do protesto.

No mês de outubro, foi implantado o Plano de Carreira dos servidores de educação do município de Porto Velho, que há

mais de dois anos estava em pauta. O plano ficou do jeito que o prefeito **Roberto Sobrinho (PT)** quis e, quando o pagamento do mês de outubro saiu, ficou claro o golpe. Os trabalhadores sofreram mais um ataque do prefeito do **PT**, que tirou dinheiro de uns, acrescentou migalhas para outros e aumentou o desconto do auxílio transporte para todos.

Qual foi a resposta da diretoria do sindicato? Sequer convocou uma assembleia para decidir coletivamente o encaminhamento da luta. Isso ocorre porque a burocracia do Sintero apoia o PT, portanto não tem como enfrentar o prefeito Roberto Sobrinho.

Da Corrente Proletária

A Corrente Proletária trabalha para constituir o movimento de oposição à burocracia do sindicato. O combate às traições da burocracia depende da elevação política dos trabalhadores, daí a importância das discussões coletivas das reivindicações fundamentais dos trabalhadores da educação, da assimilação do método de luta dos explorados e da compreensão do momento em que vivemos, fase de desagregação do sistema capitalista. Enquanto não se formar um pólo classista, a burocracia do sindicato continuará de mãos livres para as negociatas com os governos.

O sindicato é um organismo criado pelos trabalhadores, por isso devemos fortalecê-lo ao máximo. O que devemos combater é a burocracia, direção que tem utilizado o sindicato como trampolim eleitoral e para suas benesses. O sindicato é o organismo de ação coletiva e de defesa da vida dos trabalhadores contra os patrões e seus governos. A independência do sindicato frente ao Estado e aos partidos burgueses é fundamental para que esteja a serviço dos explorados.

Publicamos abaixo trecho do boletim da Corrente Proletária de 03/11/09

Direção governnista é derrotada pelos trabalhadores em educação

Os sindicatos em nível nacional têm perdido a participação dos trabalhadores pelo caminho que têm trilhado suas direções, assumindo uma aliança clara e aberta com os governos, que tem levado ao engessamento da luta, e transformado esse instrumento de luta e organização dos oprimidos em trampolim político para seus dirigentes se projetarem dentro dos parlamentos corrompidos. Em São Gonçalo/RN, esse processo já vinha se dando há anos, até que este ano tivemos a integração mais clara dos dirigentes do PT e PCdoB (Abel e Célia) ao governo de Jaime Calado (PR) e ficando no sindicato o sr. Wandell (PCdoB), como representante do governo no nosso meio. Este transformou o sindicato em patrimônio privado e numa correia de transmissão das idéias de Jaime Calado. As assembléias foram transformadas em espaço para justificar a crise instalada no governo de Jaime. A direção explicava porque o governo não podia conceder reajuste, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal deveria ser cumprida, porque teríamos de esperar, enfim, era um representante do governo dentro do sindicato.

Esse processo de capitulação e traição perante o governo municipal foi abrindo espaço para a oposição derrotar os governistas do PT/PCdoB. Mas só o fato de uma direção ser governnista é o suficiente para derrotá-la? Não. A Corrente Proletária fez um trabalho sistemático de denúncias com notas e intervenções nas assembléias e em todas as atividades, para que ajudasse os trabalhadores em educação a romperem com o grupo governnista. De fato, os trabalhadores em educação de São de Gonçalo deram um grande salto no combate aos obstáculos que freava organização da luta de classes, expulsando esses agentes da burguesia do sindicato.

Quem é a chapa 02?

A Chapa 02, Oposição na Luta, é composta pela Corrente Proletária /

EDITORIAL:
A Corrente Proletária na Educação tem por objetivo discutir o processo de atuação e organização que vem passando a Educação Pública juntamente com os trabalhadores, destacando a importância da organização e resposta coletiva através dos métodos próprios da classe trabalhadora. Fazemos um chamado a todos que querem conhecer nossas ideias a participar de nossas plenárias.

Nota Edição:
-Barragem dos avanços de São Gonçalo
-Convocação de um Sindicato da Luta e Independente do governo
-Futuração de contas da Corrente Proletária
-Organizar a campanha salarial de 2010.
-Cumprimento para a assembléia de 03/11.

Balanco das eleições de São Gonçalo

DIREÇÃO GOVERNISTA É DERROTADA PELOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

QUEM É CHAPA 02?
A Chapa 02 Oposição na Luta, é composta por: Corrente Proletária, PT, PCdoB, independentes (que é maioria). A Chapa foi formada para derrotar a direção governnista e a direção burocrática da unidade para derrotar a burocracia corrompida, assim é que estava travando a luta dos trabalhadores contra o governo Jaime Calado.

Independência Sindical CONSTRUIR UM SINDICATO DE LUTA E INDEPENDENTE DOS GOVERNOS

Todos à Assembléia de posse da nova direção do Sinte
DATA: 06/11/2009
LOCAL: Clube dos Correios
HORA: 14:00h

POR, pelo PSTU e independentes (que são maioria). A Chapa foi composta respondendo uma necessidade histórica de unidade para derrotar a burocracia corrompida, servil e que estava travando a luta dos trabalhadores contra opressor Jaime Calado. A Corrente Proletária-POR, entende que há necessidade de organizar a categoria para o enfrentamento contra os governos federal, estadual e municipal. Vamos trabalhar para que o nosso sindicato seja a serviço da luta e não de interesses partidários e não de interesses partidários. Temos que combater consistentemente as reformas neoliberais (Fundeb/avaliação de desempenho/PDE/ mercantilização do ensino e de serviços públicos), que aprofundam a miséria da classe trabalhadora.

A Corrente Proletária participou da eleição composta a chapa de oposição defendendo a independência da categoria perante os governos e as reivindicações elementares: salário mínimo vital (3.500,00); emprego a todos através da estabilidade no emprego e da escala móvel de horas de trabalho; a escola única, pública, gratuita e laica para todos em todos os níveis e níveis para a produção social, sistema único de ensino e fim do ensino privado, etc. Rejeitamos a farsa das pressões parlamentares e defendemos a ação direta (greves, ocupações, piquetes etc.), para arrancarmos dos governos opressores as nossas reivindicações.

Boletim da CPE na UFRN

Recebemos boletim da Corrente Proletária Estudantil do RN, de 28/11 a 11/11, distribuído na UFRN. O boletim traz um artigo que mostra como o Reuni do governo Lula ataca as condições de ensino ao elevar o número de alunos por professor na universidade, adaptando os cursos à falta de docentes e escondendo o real déficit de contratações. Mostra também a situação de sucateamento do curso de Ciências Sociais, que tem como um de seus principais problemas a falta de professores e a ausência de bolsas de pesquisa e monitoria. Faz críticas à direção do centro acadêmico que, diante de vários problemas que afetam o curso, permanece inerte. E age fora do curso sem consultar os estudantes.

federal, estadual e municipal. Vamos trabalhar para que o nosso sindicato esteja a serviço da luta e da defesa dos interesses dos trabalhadores, e não de interesses partidários. Iremos combater constantemente as reformas neoliberais (Fundeb/avaliação desempenho/ PDE/ a mercantilização do ensino e dos serviços públicos etc.), que aprofundam a miséria da classe trabalhadora.

A Corrente Proletária participou das eleições como a chapa de oposição, defendendo a independência do sindicato perante os governos e as reivindicações elementares: salário mínimo vital (3.500,00); emprego a todos, através da estabilidade no emprego e da escala móvel de horas de trabalho, a escola única, pública, gratuita e laica para todos em todos os níveis e níveis para a produção social, sistema único de ensino e fim do ensino privado etc. Rejeitamos a farsa das pressões parlamentares, e defendemos a ação direta (greves, ocupações, piquetes etc.), para arrancarmos dos governos opressores as nossas reivindicações.

Corrente Proletária Estudantil

REUNI OFICIALIZA o mês com as aposentadorias ocorridas, sem que houvesse a necessária reposição de professores... (p. 05)

Burocracia universitária da UFRN reconhece que o aumento do número de professores por estudante é resultado das políticas públicas implementadas pelo governo do período de 1995 a 2006. Portanto, tanto do governo FHC/PSDB quanto Lula/PT. Situação que foi agravada com as reformas na previdência que ambos os governos implementaram, condizendo professores e funcionários para a aposentadoria precoce. Resultando em um déficit de 194 professores e de 796 funcionários, só neste período.

Esta situação vai ficar mais alarmante com a implantação do Reuni. Antes da medida governamental, isso é, em 1995, a relação aluno/professor era de 6 alunos para 1 professor. Já em 2006, essa relação mais do que dobra, chegando a 16 alunos para 1 professor. Essa relação exorbitante é devido ao déficit de professor efetivo no quadro da UFRN. A UFRN tinha uma relação professor aluno em 1995 abaixo da média nacional de 8 para 1, e em 2006 alcançou o dobro na relação professor (16) aluno (1). Isso ainda antes do Reuni.

O projeto do Reuni da UFRN alega que contratará 344 professores e 447 servidores. Considerando o déficit de 194 professores e de 796 servidores, o projeto do Reuni contraria na verdade somente 150 professores, pois o restante será para quitar o déficit. Como o Reuni pretende também aumentar o número de estudantes, no final, não vai quitar déficit nenhum.

Reuni propõe também a contratação de 447 servidores. Não dará para quitar o déficit existente, ainda restando 349 para ser contratado, considerando o déficit existente.

Isso é apenas a demonstração da destruição da universidade por parte do governo Lula/PT e seus aliados (burocracia universitária e a direção dos movimentos estudantis) que acabam assim por defender o sistema capitalista.

Com o fim das metas do Reuni em 2012, a universidade na UFRN terá 2.647 matriculados e 1.799 professores, chegando a uma média de 19 alunos por professor. Relação que antes do Reuni era de 6 alunos para cada professor. Sendo assim, a evasão da medida do governo Lula/PT e de envolver os gastos na educação, pois caso fosse a

| ANO | ESTUDANTES MATRICULADOS | CURSOS S | PROFESSORES EFETIVOS | FUNÇÃO FISC |
|------|-------------------------|----------|----------------------|-------------|
| 1995 | 9.842 | 35 | 1.649 | 3.302 |
| 2006 | 22.931 | 55 | 1.458 | 3.124 |

Ver-se que durante o ano de 1995 a 2006 ocorreram o aumento de 10.475 estudantes, juntamente com o aumento de 20 cursos em regime de presencial. Isso sem levar em consideração os 2.043 alunos do ensino a distância e os 470 do de Proibição, totalizando 12.989 estudantes, conforme dados do próprio texto (p.04).

Os dados citados acima se tornam mais agravantes quando se observa a redução da quantidade dos professores e funcionários ao decorrer dos anos, em especial de 1995 a 2006. Esta redução de professores e funcionários na UFRN é portanto, seu aumento em relação à quantidade de estudantes, e antes da implementação do Reuni. A burocracia explica: "L... É esta situação, resultante das políticas públicas implementadas durante esse período, agravou-se ainda

Serra impõe seu nome na eleição de Reitor da USP

O governador do Estado de São Paulo, José Serra, indicou o segundo nome mais votado da lista tríplice apresentada pela burocracia universitária (João Grandino Rodas, diretor da Faculdade de Direito) para dirigir a USP como reitor. É a primeira vez que o primeiro nome, mais votado, não é indicado pelo governo desde a ditadura militar. O mais votado, Glaucius Oliva, foi convidado a fazer parte da nova administração.

A reitora Suely Vilela havia indicado o voto em Glaucius Oliva, que tinha sido já o mais votado no primeiro turno da eleição. A indicação de Rodas foi tomada como uma derrota da atual reitora diante do governo. Suely foi muito criticada pela atuação diante da ocupação da reitoria e greve em 2007, quando se recusou a trazer para a USP a intervenção policial militar. Logo após o fim da ocupação, instaurou sindicâncias contra estudantes e funcionários. Demitiu o diretor do Sintusp e representante dos funcionários no Conselho Universitário, Claudionor Brandão. E respondeu à greve e piquetes de funcionários de 2009 com a ocupação policial militar do campus Butantã, o que levou à greve e protestos de estudantes e professores.

A avaliação do governo Serra é que Suely não mostrou competência administrativa para lidar com os conflitos no interior da universidade. Intransigente nas negociações, se mostrava incapaz de impor pela repressão suas posições. Receosa das repercussões políticas da entrada da polícia na USP em 2007, trouxe essa mesma intervenção em 2009. Acuada sob as pressões das frações burocráticas, não foi capaz de centralizar a burocracia, resultando numa disputa para reitor extremamente dividida e equilibrada entre os principais candidatos.

Desde sempre, Rodas se mostrou como o candidato da direita burguesa: alcançou apoio de ex-reitores e políticos, além do jornal "O Estado de S. Paulo". Foi o mentor intelectual da entrada da PM no campus. Nunca se colocou como oposição à atual administração, mas procurou construir seu nome à margem do da reitora desgastada. Recebeu apoios das administrações das unidades mais conservadoras (Politécnica, Direito, Medicina etc.). É favorável à essência da política governamental de maior intervencionismo governamental, ensino a distância, privatização, elitização, internacionalização e financiamento externo da universidade (fundações).

Entretanto, o nome de Glaucius Oliva acabou se identificando com as fundações, defendidas abertamente por ele. Tudo indicava que seria expressão de uma maior autonomia das fundações no interior da universidade, aprofundando as demais políticas da atual gestão. Contraditoriamente, obteve maior apoio nas unidades tidas como mais progressistas no interior da universidade (FFLCH e ECA).

Uma escolha antidemocrática, não uma eleição

O episódio mostrou bem o caráter da burocracia universitária, que age no interior da universidade como correia de transmissão dos interesses do poder econômico e dos seus governos e instituições. A escolha do reitor na USP é a mais antidemo-

crática de todas. Há dois turnos, em que no primeiro só votam os conselhos centrais e as congregações nas unidades (cerca de 2 mil pessoas). Esse primeiro turno elege 8 candidatos para o segundo turno. No segundo turno, votam só os conselhos centrais (cerca de 320 pessoas). No segundo turno, se elegem 3 nomes a serem levados ao governador, que é quem de fato escolhe. Essa eleição antidemocrática é defendida a ferro e fogo pela burocracia dirigente. As frações burocráticas utilizam o processo eleitoral para medir suas forças e negociarem a partilha da administração. Movem-se atrás dos interesses mais mesquinhos de repartição das verbas e cargos. Como a indicação dos nomes administrativos vêm muito de cima para baixo, há poucas diferenças políticas entre as várias frações. O arranjo das forças normalmente acaba refletindo o controle do governo sobre a burocracia. O desagrado do governo com Suely não tem conteúdo político, pois ela sempre esteve ao lado de Serra contra os que estudam e trabalham. O desagrado vem com viés administrativo, por uma certa incompetência para gerir os conflitos. O aparente conflito entre a burocracia e o governo não vai além disso.

Divisão nas fileiras de estudantes, professores e funcionários

Os estudantes, professores e funcionários compareceram à escolha do reitor divididos. Apesar de todos criticarem o método antidemocrático na indicação do reitor, cada setor deliberou agir de forma diferente.

A Adusp, sindicato dos professores, decidiu realizar uma consulta paralela à indicação dos conselhos centrais, e lançou a candidatura de Francisco Miraglia, professor titular do IME e dirigente da Adusp, para concorrer por dentro das instâncias estabelecidas atualmente. Pensou em pressionar para que os eleitores do colégio eleitoral acatassem a indicação de sua consulta. Mas essa consulta teve menos votos ainda que o número de participantes do colégio eleitoral no primeiro turno.

O Sintusp lançou a anticandidatura do professor Chico de Oliveira, fundamentada numa campanha por uma estatuinte (reforma dos estatutos da USP), mas indicou que seus representantes boicotassem a votação. O que causou grande confusão, ao ponto de ter de sair um boletim explicando como deveria ser a conduta dos conselheiros funcionários.

Os estudantes, cujo DCE tinha se juntado à campanha do Sintusp sem consultar a base, aprovaram em assembléia o boicote total e a rejeição à anticandidatura e à candidatura.

Não há uma indicação que tenha sido expressivo o boicote dos representantes dos funcionários e estudantes à votação da burocracia universitária. O boicote, para ter força, dependeria de uma mobilização que o efetivasse nas unidades, a partir de piquetes e manifestações. Essa mobilização, por sua vez, dependia de uma posição unitária debatida e decidida entre os que estudam e trabalham, o que não existiu.

A divisão entre estudantes, professores e funcionários se mostra corporativista. Para romper com ela e alcançar a uni-

dade real, é preciso convocar a assembléia geral universitária, que mobiliza, permite a livre discussão das propostas, decide por votação a posição majoritária e a coloca em prática.

É através da assembléia geral universitária que se torna possível a ação unitária dos que estudam e trabalham, e, ao mesmo tempo, se desenvolve o embrião do poder próprio destes em contraposição à atual estrutura de poder antidemocrática da burocracia dirigente. A real autonomia universitária e o fim do autoritarismo da burocracia passam pela constituição da soberania da assembléia geral universitária.

Adiadas as “eleições” para reitor da USP. Para o dia seguinte, ninguém sabia onde...

A reitoria, acuada pelo protesto em frente ao prédio onde se realizaria a escolha do novo reitor da USP em segundo turno, adiou a “eleição” para o dia seguinte, às 11h30min. Local? A ser definido e comunicado restritamente aos 320 conselheiros que têm direito de voto. Acabaram fazendo a votação no Memorial da América Latina, fora da USP, onde a polícia teria as mãos livres para agir em caso de necessidade de repressão.

Trata-se de uma manobra da burocracia dirigente da uni-

versidade para evitar o protesto dos que estudam e trabalham contra a forma autoritária pela qual se elege o principal dirigente da USP. O autoritarismo da reitoria é tanto que sequer pode realizar sua “votação” sob os protestos dentro da universidade. A burocracia, covardemente, faz a indicação dos três nomes ao governador às escondidas, às costas dos que estudam e trabalham. E depois, acata o nome indicado e compõe a nova gestão com todos os que já participaram da anterior.

É preciso colocar em prática a unidade real dos que estudam e trabalham na luta para escolher quem deve dirigir a universidade. O primeiro passo para isso é discutir e votar uma posição unitária entre estudantes, professores e funcionários, aprovada em uma assembléia geral universitária. Essa é a forma de romper com o corporativismo de termos cada setor com uma posição diferente, ficando assim sem a força necessária para destruir o processo antidemocrático em vigor. Ao contrário, uma posição unitária permite mobilizar todos os que estudam e trabalham ao redor dela, ganhando a força necessária para colocá-la em prática e vencer a burocracia autoritária e marionete do governo e do poder econômico.

Corrente Proletária participa da chapa de oposição nas eleições ao DCE-USP: “Poder Estudantil”

Uma das conseqüências da disputa política nas assembleias do movimento estudantil na USP no primeiro semestre foi que se verificou na prática o caráter da direção do PSTU à frente do DCE da USP: atuou como um freio, contrapondo-se sempre à proposta de greve unificada com os funcionários e professores, e descumprindo todas as decisões que não concordasse. Esse papel desempenhado pelo PSTU, no qual teve ajuda importante do PSol, levou a abrir a discussão entre as correntes e independentes acerca da necessidade de formação de uma chapa de oposição para disputar o DCE. O ponto de partida foi uma plenária convocada conjuntamente pelo MNN e PCO. A Corrente Proletária participou dessa plenária defendendo a formação de uma chapa sobre a base do debate do programa, e que as resoluções a serem tomadas tivessem como base as decisões de maioria e minoria da plenária, contrapondo-se ao método de conchavo entre as correntes.

Avaliamos que as correntes e independentes que participaram da plenária atuaram com várias posições distintas durante o movimento no primeiro semestre, mas que estiveram emblocadas quanto à defesa da greve e contra os desmandos da direção do DCE comandada pelo PSTU. Neste quadro, a discussão de uma chapa fundamentada num programa que tivesse a defesa da democracia estudantil, das reivindicações dos que estudam e trabalham e dos métodos de luta e organização correspondentes constituiria num avanço para o movimento estudantil.

A realização das plenárias contou com um elemento de freio e desgaste, que foi a atuação do PCO, desde a primeira plenária, anunciando o propósito de romper a frente.

PCO age para romper a frente

Os militantes da AJR (PCO) trouxeram à plenária de formação da chapa de um texto no qual defendem como método para a formação da chapa o acordo entre

as correntes e independentes ao redor de um programa mínimo. Chegaram a afirmar que não seria possível a eles compor uma chapa formada através do método da votação de posições para definir o programa. Colocaram desta forma a questão como um ultimato: ou as correntes e independentes aceitavam o método do acordo ou não seria possível a unidade. No final das contas, acabaram rompendo a frente, alegando esta questão.

A AJR trouxe a discussão do método para a formação da chapa, que consideramos muito importante. Na primeira reunião, nós defendemos por escrito como entendíamos que deveria se formar a chapa de oposição: aplicando a democracia estudantil, com a defesa de posições e votação de maioria e minoria. Esse método permitiria que todas as correntes políticas e independentes pudessem se expressar livremente, e somente acatariam as decisões coletivas da plenária, e não quaisquer imposições de aparato. Garantida a liberdade de crítica interna e de propaganda externa, as correntes e independentes não estariam submetidos a uma disciplina “partidária”. No caso extremo de se votarem questões de princípio inaceitáveis para uma corrente ou independente, estes estariam livres para decidir sobre sua participação na chapa.

A AJR transformou essa, que é uma questão tática, em um princípio. Não é possível a ninguém nem a nenhuma corrente afirmar a priori que jamais estará numa frente, só por que ela será formada por acordo ou por votação. Uma frente de luta contra a repressão, por exemplo, em geral se dá por acordo ao redor da defesa do movimento contra a repressão. Neste caso, não caberia votar um programa para as organizações tão dispares que deveriam conformar esta unidade específica.

No caso que estamos vivenciando, a formação de uma chapa de oposição ao DCE, sua base é a luta contra uma direção que atuou como freio e descumpriu as decisões coletivas, submetendo politicamente o movimento estudantil à burocracia universitária e às

direções sindicais de professores e funcionários. Durante as mobilizações do primeiro semestre, correntes e independentes atuaram em defesa da greve e das decisões coletivas descumpridas pela atual direção. Não agiram como uma frente propriamente dita (votaram separados em várias questões, por exemplo), mas formaram um bloco oposicionista ao se colocarem pela mobilização e contra o freio da direção.

Portanto, qual a questão mais importante para a formação de uma chapa de oposição nas atuais circunstâncias? Entendemos que a discussão de um programa que expresse a democracia estudantil, a luta contra as medidas do governo e da burocracia universitária e a resistência à repressão deve ser a base para a formação da chapa oposicionista. A discussão do programa ganha importância para dar consistência política à frente que se forma. Todos os que atuam nos diversos movimentos sociais já devem ter visto as conseqüências das chapas que se formam por meio de conchavos de cúpula, em que as correntes maiores submetem as menores, e mais ainda os independentes, impondo-lhes um programa ou a própria constituição de uma chapa de acordo com critérios de aparelho.

No caso atual, um “acordo” entre as correntes políticas desconsideraria totalmente os independentes. O fato de não estarem organizados em correntes políticas ou partidos não significa que estes estudantes não tenham posições políticas. Fazer um acordo em que entrassem no programa da chapa somente os pontos em que as correntes tivessem acordo seria colocar os independentes a reboque, simplesmente defendendo posições das quais não poderiam participar na construção.

Nós trabalhamos para convencer os independentes da importância da militância organizada em correntes políticas e da construção do partido, mas justamente por isso não os desconsideramos nas definições das ideias a serem defendidas pelas frentes. Participar dos processos de decisão é que educa na militância,

não simplesmente seguir políticas formuladas sem a sua participação.

Os acordos de cúpula correspondem a interesses de aparelho, não a definir bandeiras conjuntas que possam mobilizar os estudantes.

Depois de horas discutindo o método na primeira plenária, a AJR aceitou discutir os pontos que a comissão tinha sugerido como programa e não apresentou nenhuma crítica global ao texto! Somente alguns questionamentos... Por que então tanta insistência em que não houvesse votação? Qual o ponto que eles tinham tanto receio que entrasse no programa e contrariasse seus "princípios"?

A Corrente Proletária apresentou os pontos que acreditava serem importantes na composição do programa da chapa e ainda está disposta a fazer a discussão política com todos os que se disponham a construir a chapa de oposição.

Entendemos que o método de formular o programa da chapa é parte desse mesmo programa. Na discussão do programa, será possível conhecer e discutir mais profundamente as posições das correntes e independentes que se propõem a integrar a chapa de oposição. No debate, já ficará clara a possibilidade ou impossibilidade de unidade de cada corrente ou independente na chapa. Não haverá acordo que dê jeito em divergências de princípio que separem na prática correntes e independentes, a não ser de forma artificial. Por outro lado, as votações não significam necessariamente a divisão, pois aqui se trata de uma frente, por natureza une distintas correntes e independentes. Atuar em frente única não significa estar sempre sob um acordo, que, aliás, não é o tipo de situação predominante nas frentes.

O método na construção do programa

Na primeira plenária da oposição, foi decidido que uma comissão debateria um texto base e o apresentaria à discussão coletiva. A partir disso, caberia então decidir: a) se havia concordância em geral quanto ao texto apresentado; b) em caso negativo, a apresentação de texto alternativo; c) em caso positivo, apresentação de propostas aditivas ou supressivas ao texto. O que se fez? O texto apresentado foi aprovado em seu conteúdo geral, inclusive pelos militantes da AJR.

Devido ao esgotamento do tempo, se encaminhou à comissão que reparasse o texto com as considerações feitas e se preparasse a última parte do debate.

O que a AJR fez? Apresentou na comissão praticamente um outro texto. A aceitação desse "método" faria retroagir a discussão ao início. Com essa atitude, a AJR recoloca a discussão sobre a decisão acerca do programa: acordo ou votação?

Para ser conseqüente, a AJR teria de 1) se entender que o texto apresentado era inconsistente, deveria ter se manifestado sobre isso na plenária; 2) se o acordo é uma questão de princípio ao redor de um programa mínimo, como então apresentar um outro texto mais elaborado na comissão? Que acordo se está propondo? Aceitar as posições da AJR?

A CPE defendeu que se mantivesse o debate sobre o programa, que consideramos que tem resultado numa rica discussão e que certamente ajudará nos próximos passos que esta frente dará no futuro.

Nossas diferenças com o MNN

Após se resolver a polêmica criada pelo PCO, houve o debate de aspectos do programa, que havia

sido aprovado em sua essência na segunda plenária. A Corrente Proletária defendeu os principais pontos de seu programa, que ficaram em minoria na plenária, e acreditamos que alguns deles merecem consideração especial:

1) Sobre a defesa da universidade pública – MNN questiona o caráter público da universidade, afirma que esta se encontra (igualmente as privadas) sob o controle do capital. Nós discordamos dessa caracterização, pois encerra um perigo enorme: o de igualar as públicas e pagas e, portanto, terminar ignorando o processo de privatização e suas conseqüências sobre a vida da juventude, elevando a exclusão da maioria do direito ao ensino e mercantilizando a educação. Nós, da Corrente Proletária Estudantil – POR, levantamos a necessidade de estabelecer a defesa do público para defender uma reivindicação de unidade de toda a juventude (os que estão dentro e os que estão excluídos da universidade) e enfrentar o avanço da política privatista no interior da universidade pública. MNN nega essa luta por entender que não há nada de público a ser defendido, embora proponha uma luta contra a privatização, contra o domínio do capital, o que é uma posição progressista.

Nossa visão é de que devemos reconhecer a elevadíssima subordinação da universidade aos interesses da classe dominante, subordinação que determina sua essência de classe, burguesa. Mas, tal reconhecimento do caráter de classe da universidade (no que POR e MNN estão de acordo) deve contar também com a consideração de que há elementos que engendram choques internos em relação ao caráter de classe da universidade, tornando muito mais complexa a relação entre as esferas pública e privada: não pagamos mensalidade; a universidade é ligada institucionalmente ao poder público; a presença dos interesses privados não é uniforme em todas as unidades (na Poli é muito mais intensa que na FFLCH, por exemplo); uma boa parte dos trabalhadores tem como patrão o Estado e não um capitalista isolado; o financiamento da universidade é feito, em grande medida, por meio de verbas públicas; entre outros aspectos.

A contra-argumentação da MNN: as verbas vêm do Estado, mas esse também é controlado pela burguesia. Para o MNN, defender a universidade pública significa defender a universidade do capital, dirigida pelos burocratas. Mais uma confusão dos companheiros, que nos coloca a necessidade de debater outro aspecto do programa aprovado pela chapa, a questão da autonomia universitária.

2) A autonomia universitária – Existe uma pequena parcela de professores titulares que detêm a prerrogativa de tomar as decisões e controlar os órgãos de poder na universidade. É através dessa casta que a burguesia e seus governos exercem seu controle sobre a universidade. A essa camada privilegiada nós do POR chamamos de burocracia universitária, caracterização que MNN não discorda. Esta casta privilegiada de professores não é homogênea, não é monolítica. A burocracia apresenta suas fissuras, seus rachas. A disputa em torno das verbas, que gera a divisão dos tecnocratas em frações, surpreende pelo caráter extremamente mesquinho. Os grupos aliados frequentemente acabam manifestando sua insatisfação, revelando os podres que ficam comumente debaixo dos tapetes. Quanto a essa definição, MNN também parece demonstrar concordância.

Uma divergência entre nossas organizações políticas se dá quando colocamos que a burocracia universitária detém e defende uma frágil autonomia frente aos governos. A idéia que tentamos passar é de um conjunto de parasitas que concluem sempre como lacaios da burguesia e seu Estado. Isto é, são impotentes diante de uma força maior, não conseguem resistir às pressões advindas das altas esferas do poder. No final, os burocratas acabam buscando a via da negociação, da conciliação, rastejando atrás de verbas. No entanto, a disputa mesquinha por migalhas implica defender a possibilidade de manejar as verbas de acordo com os interesses dos próprios burocratas.

Esses momentos de barganha geram atritos. Produzem períodos de crise, como aconteceu à época dos decretos de Serra em 2007, que instituíram a Secretaria do Ensino Superior, além de outras medidas de ataque à autonomia. A burocracia ensaiou uma manifestação contrária, mas concluiu como serviçal, aceitando as declarações vazias do governo - certamente negociando nos bastidores algumas migalhas. Lembramos que a greve e ocupação da reitoria da USP acabaram, de certa forma, disciplinando a ação da reitoria, que agiu definitivamente do lado do governo contra os que estudam e trabalham. Além disso, vale colocar também que a luta de 2007 fez cair o secretário Aristodemo Pinotti, o que equivale dizer que refletiu no próprio governo.

Recentemente, a Univesp também revelou uma disputa entre os burocratas da universidade e o governo. Não se trata de uma divergência de fundo, afinal, estão de acordo em que o ensino a distância é um poderoso instrumento de corte de gastos e, ao mesmo tempo, de manutenção de uma (falsa) imagem de democratização do acesso. Porém, no final das contas, a aplicação do projeto foi adiada para o ano que vem, devido a disputas interburocráticas.

A conclusão que devemos tirar desses fatos é que a defesa da autonomia nunca partirá da burocracia. Ou seja, esta não pode ser conseqüente na defesa da autonomia, pois seus interesses estão interligados com os dos capitalistas e governos. A burocracia se move por suas próprias leis, mas estas não estão em contradição com as leis da burguesia. Em essência, atuam como agentes do sucateamento e privatização. A Corrente Proletária, do outro lado da trincheira, sempre defendeu que os estudantes e trabalhadores deveriam travar uma luta duríssima pela morte da burocracia e pela constituição de formas de autogoverno para derrotar a influência do capital dentro da universidade.

Os companheiros da MNN, não compreendendo o papel contraditório que joga a burocracia, concluem distantes da explicação de seu papel específico. E sem apresentar uma boa fundamentação sobre o papel da burocracia, dificilmente poderão levar adiante uma política segura em relação aos vai-vens dos dirigentes da universidade. Logo, em nossa opinião, a linha política do MNN frente à questão da autonomia merece uma revisão. Mesmo assim, reconhecemos o quão progressista é a posição dos camaradas, que identificam corretamente o problema do caráter de classe da universidade, diferentemente de outras correntes políticas, que aceitam indiscriminadamente a caracterização da universidade como "pública" e "autônoma".

Mas há uma outra questão ainda mais importante: o MNN coloca como estratégia para a universidade a conquista da real autonomia universitária,

denominada por eles de “território livre”. Aqui existe uma incompreensão quanto ao caráter transitório da bandeira da real autonomia universitária frente à burguesia, seus governos e instituições. A luta pela real autonomia só tem sentido enquanto se trava a luta pela destruição da ingerência da burguesia sobre a universidade. Ao se realizar a transformação socialista, quando os meios de produção e o poder político estiverem nas mãos dos explorados, não caberá defender uma autonomia da universidade em relação aos trabalhadores e seus organismos de poder. Os trabalhadores estarão dentro da universidade e a terão sob seu controle por meio do poder estudantil. Nas universidades onde isso não se realize, a defesa da autonomia de uma burocracia ou da pequena burguesia diante dos explorados seria reacionária.

3) Estatização de toda a rede particular de ensino – na plenária de formação de chapa, o MNN utilizou os seguintes argumentos para votar contra a consigna, por nós defendida, de estatização do ensino privado: a) O Estado é burguês, portanto, estatizar significa colocar a universidade na mão da classe dominante; b) Não está colocada a questão nesse momento, isto é, não há um movimento partindo da base, caminhando nesse sentido. Em relação ao primeiro posicionamento, esclarecemos que nossa defesa da estatização costuma vir acompanhada de um condicionante: que esteja sob o controle de estudantes e trabalhadores. Ao Estado deve caber o financiamento integral de todas as necessidades da universidade, determinadas pelos que estudam e trabalham. Nossa defesa da estatização é parte da luta pelo ensino público para todos e pela real autonomia universitária, entendida como em relação à burguesia, seus governos, partidos e instituições. A estatização não será obra de nenhum governo burguês, será obra das massas em luta.

Sobre a questão tática do momento de lançar a reivindicação: temos plena consciência de que se trata de uma consigna que depende da luta aberta e ampliada contra a burguesia em seu conjunto. Para nós, a estatização da rede particular de ensino será parte da tomada do poder pela maioria nacional oprimida, dirigida pela classe operária. Ou seja, será parte da revolução socialista. Assim, entendemos que esta é uma bandeira estratégica, que deve ser levantada traçando-se as ligações necessárias com os problemas mais sentidos da maioria. Mas é em cada luta concreta que essa bandeira vai ganhando a força necessária para sua realização futura. E ela aparece de forma muito concreta e imediata em algumas situações atuais, como na recente crise na PUC-SP.

Como partido marxista, acreditamos que omitir nossos objetivos traz como consequência mutilar o essencial de nossa ação política. Sempre que participamos de lutas parciais buscamos mostrar a necessidade de ligá-las aos processos mais amplos e profundos. Atuamos nas eleições dos organismos de base, como nas entidades estudantis, com o nosso programa, aproveitamos esses momentos para esclarecer nossas idéias e defender as reivindicações que julgamos fundamentais para impulsionar a luta de classes. Não nos limitamos ao nível de consciência dos estudantes, mas partimos das necessidades objetivas apreendidas na forma de programa. Levamos em conta, para aplicar esse programa, o nível geral de consciência da maioria. Não rebaixamos nossas idéias, mas tentamos traduzi-las para que sejam compreendidas por parcelas cada vez mais amplas dos estudantes.

Apontamos a seguinte contradição: os compa-

nheiros do MNN não se opuseram a defender, nos materiais de divulgação da chapa, a idéia da destruição da universidade de classe. E por acaso pensam que esta é uma reivindicação imediata? Achamos que não é esse o caso. Porém, foram contrários a incluir a luta pela estatização. O que imaginam? Que a destruição da universidade burguesa acontecerá distante de um processo mais amplo de luta contra a burguesia e, logo, de combate em favor da estatização das faculdades pagas? Como, então, imaginam que será destruída a universidade de classe? Para nós, pareceu um tanto artificial a divisão que estabeleceu o MNN entre as duas consignas (estatização / fim da universidade de classe).

4) Assembléia Universitária Soberana – ao introduzir a problemática da autonomia, não poderíamos deixar de colocar em pauta na plenária nossa bandeira ligada à questão do autogoverno. O tema havia sido apontado pela proposta-base de programa apresentada pelo MNN. O que propusemos foi avançar no debate sobre a bandeira adequada para atingir esse fim. Assim o fizemos a partir da discussão em torno da proposta de Assembléia Universitária Soberana. Para nossa corrente, esta reivindicação materializa a unidade real dos que estudam e trabalham, na luta contra burocracia e governos. E serve ao combate frente à política corporativista das direções de funcionários, professores e estudantes.

Quando defendemos a Assembléia Universitária, estamos defendendo a forma organizativa que corresponde aos métodos de luta de massa, em particular aos métodos próprios do proletariado: as greves, ocupações, passeatas, bloqueios de ruas etc. Não por vontade nossa, mas pela própria experiência, as massas organizam as suas assembleias como forma de discutir, decidir e agir, unindo esses três aspectos nas mãos do mesmo sujeito/ agente. Ao contrário do que os adversários da Assembléia Universitária pregam, não se trata de uma bandeira para o futuro, para depois da destruição da universidade de classe. Ao contrário, a construção da Assembléia Universitária é uma condição para efetivar a luta de massa unitária capaz de derrotar a burocracia universitária, a burguesia e os governos.

Tentamos demonstrar o processo que desembocará numa transformação da Assembléia, de um organismo de mobilização massiva e radical, num instrumento capaz de colocar na ordem do dia a questão do poder. Ou seja, trata-se da tendência de constituição de uma forma embrionária de poder da maioria (autogoverno), com a formação de um governo tripartite (dos três setores) submetido à Assembléia e com funções executivas.

Uma objeção levantada por MNN foi o caráter institucional que supostamente imprimimos à nossa proposta, o que transpareceria com a utilização das iniciais maiúsculas. Não consideramos realmente como polêmica essa colocação. Interessa-nos debater mais a fundo outro argumento: estaríamos pré-determinando formas organizativas que serão, na verdade, obra da luta concreta? Consideramos que não, pois entendemos que a luta decisiva contra a burocracia deverá passar pela constituição de um movimento extremamente massivo e unificado. Isso por conta do poder enorme que tem em suas mãos a estrutura oficial (polícia, Justiça etc.). Ou seja, a mobilização necessária para destruir a universidade de classe deverá contar com um organismo de unidade de luta de massas.

MNN levantou a hipótese de que a forma organizativa a materializar o princípio do autogoverno poderia ser a dos conselhos. Estes conselhos, pelo que

pudemos compreender, seriam criados a partir da luta em cada unidade, de forma mais descentralizada. Ao erguer essa possibilidade, nossos companheiros de chapa tentavam apontar uma suposta limitação ou engessamento da consigna que estávamos defendendo. Não tivemos tempo para desenvolver uma resposta mais elaborada no momento. Na verdade, não negamos que os tais conselhos poderão mesmo surgir a partir da experiência concreta e que poderão cumprir um papel bastante progressista. Mas a luta mais imediata não levantará a criação de conselhos, exigirá a organização das Assembleias para discutir, decidir e agir imediatamente como força social.

Embora tenhamos mantido nossa posição de votar a questão (perdemos), o mais importante é que o programa da chapa contém os princípios de autogoverno e de unidade entre trabalhadores e estudantes contra a burocracia e os governos.

5) Defesa do socialismo – no último parágrafo do programa da chapa, encontramos a seguinte passagem: “Reconstruir as cidades, reorganizar a produção com base nas necessidades da maioria; construir uma nova universidade, uma nova sociedade, uma nova vida”. Os camaradas do MNN afirmaram estar defendendo o socialismo com outras palavras. E que a introdução da defesa do socialismo no programa da chapa faria com que os estudantes que não são socialistas não votassem numa chapa que se declara socialista. Deveríamos afastar esses estudantes?

O primeiro argumento é uma contradição em si: se a chapa defende o socialismo, por que fazê-lo com outros nomes? A emenda que propusemos tinha dois aspectos principais: a) demonstrar que a nova universidade só virará realidade se o conjunto dos explorados puder interferir sobre seus rumos a partir de dentro, e não como expectadores; b) por isso mesmo, a nova universidade só pode ser concebida como fruto de uma nova sociedade, socialista.

Nossa proposta de retificação do programa tinha um espírito claro: era um chamado direto aos estudantes a não depositar esperanças numa transformação radical da universidade por meio de meias reformas e remédios paliativos. Pretendíamos apontar abertamente qual deveria ser, em nosso entendimento, o norte do movimento estudantil: a luta pelo socialismo como única forma de superar a velha universidade de classe.

O segundo argumento é muito ruim: deixamos de dizer aos estudantes o que pensamos por receio de que não votem em nós. Ora, a maior parte dos estudantes não votam numa chapa por ser ou não socialista. Votam se estão convencidos de que essa chapa formará uma direção que trabalhe efetivamente pela resolução de seus problemas mais sentidos. A chapa tem ou não tem um programa socialista, e o defende ou não defende junto aos estudantes. A defesa do socialismo no programa revela a unidade da chapa ao redor dessa idéia. Os estudantes conhecerão a chapa pelo que ela é de fato. É errado esconder posições que defende para não perder votos.

O que levará os estudantes a participar do movimento estudantil não será, essencialmente, um texto mais ou menos poético. Será a luta ao redor das reivindicações mais sentidas, que aglutinará o maior número de pessoas e permitirá uma análise das práticas e dos programas de cada agrupamento político. De nossa parte, continuaremos tentando convencer os estudantes e trabalhadores da necessidade de se juntar a nós na luta em defesa da revolução socialista.

Londrina, PR

Universidade trata estudantes como inimigos

Na UEL, a reitoria obteve uma ordem de despejo dos estudantes que moram num prédio alugado pela universidade para hospedá-los enquanto não era inaugurada a residência construída no campus. Os estudantes contra quem pesa a ordem de despejo são os remanescentes que não “couberam” na nova residência, pois, dos 120 que lá estavam hospedados, só foram contemplados 80, limite que a nova residência estudantil comporta.

A justificativa da reitoria para colocar os estudantes na rua foi que eles não haviam sido selecionados pelo serviço de bem-estar (?) da comunidade e a universidade precisa entregar o prédio ao proprietário.

De início, a reitoria não se responsabilizou pela diferença entre os 120 iniciais e a disponibilidade de apenas 80 vagas. A seleção já se iniciou com oferta de 80 vagas. Em face da necessidade de “cortar” no mínimo 40 estudantes, aquele serviço de bem-estar estabeleceu regras tão duras para escolher os estudantes mais pobres, que muitos deles sequer disputaram, pois implicava uma tremenda humilhação. Um grupo de antigos moradores do prédio provisório, entretanto, se recusou a abandonar a moradia e lá resistem à ordem de despejo.

Os estudantes reivindicam o direito a moradia como parte do direito a educação e se recusam a serem tratados como indigentes

Reacionarismo em toda linha

Diante da resistência dos estudantes, a reitoria fez diversas ações para empurrá-los pra rua como o corte de água e luz e, principalmente, uma campanha na imprensa e na cidade contra eles, caracterizando-os como não-estudantes, criminosos, repetentes etc. Contudo, os estudantes resistiram e, diante do impasse, o Conselho Universitário avocou para si a solução do “conflito”.

Depois de varias reuniões este conselho resolveu por conceder 21 bolsas-moradia no valor de R\$ 300,00 até abril do próximo ano, embora os estudantes reivindiquem o aluguel de outro imóvel onde hospedar o remanescente até a construção de outro prédio pela universidade, garantindo assim as vagas de modo permanente, e não apenas emergencialmente.

Nos debates no conselho universitário e na imprensa, a discussão limitou-se a tratar do problema como assistência a alunos carentes. Pelo fato de serem carentes, eles não teriam o direito de discutir nem recusar o que a universidade lhes concede, devendo, portanto limitar-se a aceitar. A própria reitoria colocou o ministério público do seu lado interferindo nas decisões da universidade e “proibindo” a concessão de bolsas, pois esta não seria finalidade da universidade.

Desta forma, armou-se uma fogueira e, como na época da inquisição, nela estão sendo postos a queimar os estudantes. Rebaixa-se a tal ponto inclusive o direito burguês de “igualdade perante a lei” que, pelo fato destes serem objeto de uma política assistencial (a famosa assistência estudantil), suas demandas sequer são levadas a sério.

O conselho universitário deliberou pela concessão de bolsas com a explícita intenção de desmobilizar a resistência dos estudantes e “resolver o conflito”, mas, não se posiciona contra o reitor que, pública e acintosamente, declara que não acatará a decisão dos conselheiros. O reitor conta com o apoio do ministério público, da imprensa e de boa parte dos docentes do próprio conselho universitário.

Subjacente a esta ofensiva reacionária está a idéia de que os es-

tudantes não são cidadãos com direitos iguais, mas inimigos da universidade que infelizmente têm de ser atendidos. Por outro lado, manifesta-se claramente a degeneração da universidade que de fato se tornou uma repartição a mais do estado, oposta aos interesses gerais do povo. Essa universidade só pode ser representada pela reacionária burocracia universitária.

A campanha da reitoria na imprensa contra os estudantes estimula outra idéia que já se tornou um lugar comum. A de que os estudantes não têm direito à moradia estudantil porque já freqüentam a universidade gratuita. É a idéia de que a educação é uma mercadoria. Como eles já recebem a mercadoria escola de graça, não teriam direito a mais este “benefício”. O direito dos estudantes é visto dessa forma como um privilégio. Ao invés de se insurgir contra a privatização o ataque da universidade fortalece a aceitação da mercantilização do ensino.

A ajuda do PSTU e PSOL à reitoria

O movimento dos estudantes que resistem sofre também a sabotagem do PSTU e do PSOL que bloqueiam a organização do DCE. O DCE, que seria o instrumento de representação dos estudantes e deveria encabeçar a resistência, está desorganizado em função da irresponsabilidade da anterior direção da entidade (PSTU-PSOL) que não encaminhou a realização de eleições e nem o Congresso no final de 2008.

Diante dos ataques da reitoria, estas correntes não se colocam pela defesa do direito a moradia. Preferem criticar os estudantes que resistem pelo fato de não fazer campanha contra o PT – a quem culpam de ter construído a nova residência estudantil com apenas as 80 vagas. A única coisa que estas correntes enxergam é o seu interesse eleitoral, por isso, precisam a todo momento criticar o PT, sem se importarem com a agressão reacionária da burocracia universitária.

Além disso, impediram a realização do Congresso de Estudantes proposto pela diretoria provisória do DCE que ajudaria a reorganizar o movimento e propõem eleições no final de ano e no meio da mais completa dispersão.

Objetivamente ajudam dessa forma à reitoria e aguardam, como urubus, o momento que os estudantes que resistem sejam despejados para voltar ao ataque com sua política faccional.

É necessário retomar a organização do movimento sobre uma base programática consistente. O choque que está acontecendo demonstra a que levam as bandeiras reformistas de “assistência estudantil” e as tais “políticas de inclusão”. A elas é necessário contrapor as bandeiras de poder estudantil, assembléia geral universitária, estatização do ensino privado, meio período na escola e meio período na produção social. Somente assim os estudantes não serão tratados como indigentes ou como cidadãos de segunda categoria.

Ao capitalismo decadente só pode corresponder uma universidade decadente. Os estudantes não podem ter nenhuma ilusão que esta universidade apodrecida consiga ser um fator de desenvolvimento das forças produtivas e eleve, portanto, o potencial criativo da juventude que está na universidade.

É necessário construir uma corrente proletária estudantil na universidade que organize os estudantes em torno à estratégia da classe operaria: a revolução e ditadura proletária!

Balanço das eleições para o DCE-UFC

Nas eleições para o DCE, realizadas dias 29, 30 e 01/10, concorreram 3 chapas (Da Luta não me retiro- chapa 01; Por amor à UFC, Chapa 2; Rebele-se Chapa 3). Votaram 6.890 estudantes em todos os campi (capital e interior). A chapa 1 venceu com 3.370 votos (50,17%). A Chapa 2 ficou com 3.047 votos (47,90%) e a Chapa 3 com 337 votos (4,91%), brancos e nulos somam 136 votos.

O significado da derrota dos governistas nas eleições (chapa 2).

Os governistas e direitistas (PT, PC do B, PDT/Consciência), que constituíam a atual direção do DCE, saíram derrotados do processo eleitoral. Esta ala possuía grande força na UFC controlando a maioria dos CA's (e por tabela o CEB), o DCE e contava como apoio da Reitoria. A sua unificação em torno do REUNI e da defesa dos governos Lula, Cid e Luizianne possibilitou que participassem das eleições com uma única chapa. Tratava-se de uma clara tentativa de se perpetuar no Diretório Central dos Estudantes quando vinham passando por um grande desgaste. A sua gestão no DCE, marcada pelo imobilismo nas lutas, apoio aos projetos do Governo, boicote ao Congresso de Estudantes da UFC e inoperância até mesmo no encaminhamento das carteiras estudantis, levou uma parcela expressiva dos estudantes a rechaçar suas posições e a retirar-lhe o apoio. Embora continuem dirigindo alguns CA's, PT, PC do B e PDT/Consciência não passam de colaboradores diretos dos governos e reitorias, seguem como uma burocracia desgastada e com pouca influência na luta real.

Sem sombra de dúvida, a expressiva votação da chapa 2, indicou que ainda contam com significativo apoio da base estudantil embora muitos votaram pelo coleguismo. Porém, para este setor, que contava com mais recursos, pontos de apoio (burocracia universitária, CA's e a própria máquina do DCE), a derrota tem uma enorme importância. Reflete a rejeição instintiva dos estudantes às direções que não se colocam no campo da luta.

A Chapa 3 e o declínio do estalinismo na UFC

A Chapa 3 (Rebele-se), ligada ao PCR recebeu um percentual inexpressivo de votos. Se esta votação houvesse sufragado um programa revolucionário apresentado por uma corrente combativa de luta, sem dúvida alguma – embora o montante de votos não ameaçasse nenhuma das outras chapas – significaria um avanço para o movimento estudantil da UFC. Porém não se tratava de um programa revolucionário, nem muito menos de uma organização comprometida com os estudantes na UFC. O PCR, que se reivindica do estalinismo, tem jogado,

especialmente nos últimos anos, um papel de burocracia no seio dos estudantes. Esteve presente na luta contra o aumento da passagem, mas logo o cindiu com vistas a fortalecer sua entidade a UESM na busca pelo direito à emissão de carteiras estudantis. Não jogou peso no Congresso de Estudantes da UFC e esteve pouco presente nas lutas ocorridas na UFC, a exemplo da luta contra o REUNI.

A baixa votação da Chapa 3, porém, não foi um fato inesperado. Embora ainda atuem em alguns cursos, sua influência junto aos CA's tem decrescido barbaramente. Se levarmos em conta que trata-se de um agrupamento que já dirigiu o DCE e comumente recebia votações expressivas, fica evidente que os estudantes, que já tiveram uma longa experiência com este agrupamento, rejeitam sua política e seus métodos burocráticos.

Anatomia da Chapa 1: programa rebaixado e disputas aparelhistas.

A vitória da Chapa 1 (Da luta não me retiro) expressou o desgaste da antiga diretoria que vinha, há muito, perdendo a capacidade de influenciar o ME. Contribuiu para isso o desgaste sofrido nas mobilizações do último período e o sentimento de inexistência da direção do DCE. Esta chapa foi o resultado da fusão de um apanhado de correntes e grupos do movimento estudantil que tomaram a frente das mobilizações na universidade, embora incapazes de assegurar a organicidade e a regularidade destas. A maioria destes grupos partia do entendimento de que a luta na base devia estar subordinada à luta pelo aparelho (isto é, as entidades). A construção da chapa obedeceu fielmente este princípio. Foi estruturada tendo por base um programa mínimo, onde as divergências eram deixadas debaixo do tapete. Em nome da unidade, por exemplo, o PSTU aceitou o programa rebaixado que o PSOL impôs sem sequer fazer a defesa de sua costumeira consigna de “a UNE não fala em nosso nome” utilizada volta e meia para se cindir aquela entidade. Outra importante divergência escondida está no combate ao REUNI. Os setores mais adaptados a este ataque do governo passaram a defender a consigna de ‘por uma outra expansão’, isto é, a modificação do REUNI ao invés de sua derrubada. Na discussão do programa da chapa também não foi difícil silenciar os adversários desta linha e esconder tal divergência. Com sua vitória e o início da gestão as divergências virão à tona, os setores minoritários divergentes se submeterão ou romperão. A crise será a doença congênita desta nova diretoria.

O que será a nova gestão do DCE.

A nova gestão do DCE tem como principal

força o coletivo *Toda Voz*, fruto de uma cisão sem princípios com o coletivo *Amar e Mudar as Coisas* (isso porque não houve uma ruptura programática com aquele). Como se trata de um coletivo novo que ainda não se consolidou programaticamente, terão pela frente a tarefa de fazê-lo o mais rápido possível para acomodar os ativistas próximos ou de organizações completamente diferentes uma das outras, como Consulta Popular, Barricadas (PSOL), PSTU e até anarquistas.

O coletivo *Levante* (PSOL) comparece como a segunda maior força. Tem sua origem no antigo grupo *Amar e Mudar as Coisas* que, a exemplo dos outros coletivos do PSOL, sempre mudam de nome quando se desgastam muito perante a base ou, como é o caso deste, quando se fragmentam. Representa, na nova gestão, o setor com as práticas burocráticas mais evidentes, já que mantinham uma política de boa vizinhança, e até mesmo alianças, com a antiga gestão do DCE. Tudo indica que, a contar pela experiência de sua militância, este setor tende a definir a linha política do DCE e arrastar os outros grupos consigo. Uma das razões está na heterogeneidade do seu ‘filho’ mais novo (*Toda Voz*) e outra na fragilidade política do PSTU que estará disposto à unidade, dando grandes concessões, para continuar na gestão e fortalecer a frente eleitoral do próximo ano. Já os independentes estão no turbilhão da mini frente popular, alguns organizados em um coletivo outros orbitando politicamente sobre outro. Embora numericamente maiores, não serão capazes de mudar os rumos da política que se polarizará entre PSOL e PSTU.

Como a chapa se organizou com um programa rebaixado, não serão capazes de se colocar com um programa consequente contra o REUNI, isso porque não têm como resolver o problema do acesso dos estudantes sem a defesa do fim do vestibular o que significa estatizar o ensino privado sob o controle de quem estuda e trabalha. Tudo indica que o máximo a que chegarão no questionamento ao REUNI será a de exigir audiências com vistas a garantir uma outra expansão melhorada. A Corrente Proletária/POR não alimenta ilusão nos estudantes que esta nova gestão fará uma luta consequente contra o REUNI, antes alerta o movimento estudantil e os convoca a se organizarem num verdadeiro movimento de combate ao REUNI e a todas as políticas de ataque a universidade pública e favorecimento do ensino privado.

Pela construção de um pólo revolucionário no movimento estudantil da UFC.

O resultado eleitoral apenas comprova a nossa tese da urgência de se construir uma

direção revolucionária para o ME da UFC. A Corrente Proletária Estudantil/POR não se nega a realizar a unidade na luta com nenhum agrupamento, em especial os ativistas estudantis que também compõe a gestão atual do DCE. Mas entende que parte destes ativistas, se quiserem ser consequentes na luta contra o REUNI, devem adotar um programa combativo e revolucionário. Por isso defendamos:

*Defesa da Universidade Pública, Gratuita, Laica e vinculada à produção social (que os estudantes passem parte do tempo no trabalho e

parte na elaboração do conhecimento)!

*Por um único sistema de ensino, sob controle de quem estuda e trabalha (estatização do ensino privado)!

*Abaixo a Burocracia Universitária, correia de transmissão da política burguesa para a universidade. Pelo poder da Assembléia Universitária e um Governo tripartite!

*Abaixo o REUNI, Pelo fim dos vestibulares! Livre acesso ao ensino em todos os níveis!

* Nada de avaliações externas (ENADE, ENEM)! Autonomia Universitária frente aos go-

vernos burgueses!

*Congresso de estudantes anual. Pelo cumprimento das resoluções do congresso de estudantes da UFC!

*Por uma fração de oposição revolucionária dentro e fora dos fóruns da UNE!

*Rearticulação do comitê de lutas contra o aumento da passagem e a limitação da meia cultural.

* Abaixo o capitalismo, Viva o Socialismo! Revolução e Ditadura Proletárias (Governo Operário-camponês)!

RN

O mito da assembléia como "direção coletiva"

No curso de Ciências Sociais é comum os estudantes da UFRN afirmarem que lá o CA não tem direção, pois eles se organizam através das assembléias. A idéia dos estudantes de CS, que defendem a organização em assembléia, tem como objetivo construir uma direção coletiva, horizontal, que evitaria a verticalização comum na direção do CA e o aparelhamento da entidade estudantil pelos partidos políticos. Assim, todas as representações nos colegiados institucionais e/ou do movimento estudantil são escolhidas nas assembléias. Estes representantes devem trazer as discussões destes fóruns para a assembléia determinar a postura a ser tomada nas reuniões, garantindo uma maior democracia aos representados por definirem as posições do representante.

A oposição à organização de uma direção do CA é uma confusão política oriunda de dois motivos. Primeiro, entrou no curso de CS alguns estudantes do Movimento pelo Passe Livre (MPL), que se reivindicam anarquistas. Não vamos discutir aqui se estes estudantes realmente são anarquistas. O que importa neste momento é entender a motivação no curso de CS para a organização em assembléia oposta a organização de uma direção do CA.

Segundo, a experiência com as correntes da esquerda oficial (PSTU, PCdoB e PT), conduziram os estudantes a concluírem que são os partidos políticos responsáveis pela burocratização das entidades. Na verdade, é a política eleitoral destes partidos que fazem com que a participação de massas nas entidades seja esvaziada na medida em que se potencializam eleitoralmente para os cargos nas instituições burguesas.

Enquanto estava na luta social, o PT utilizou o movimento estudantil e sindical para potencializar-se eleitoralmente e conquistar cargos de governo (prefeituras, governos de Estados, presidência) ou parlamentar (vereador, deputado estadual ou federal, senador). O PT agora é governo. Obstaculariza a luta, trai os interesses dos trabalhadores, amordaça os movimentos, evita CPI's, inclusive com a troca de favores, etc. O PT transformou os sindicatos em instituições do governo.

O PCdoB tem a fama de partido aparelhista devido a sua direção na UNE. Fraudam congressos, defendem o governo Lula/PT mais do que muitos petistas, desviam dinheiro da Entidade para seu Partido, manipulam fóruns de decisões da entidade para fazer valer as decisões do PCdoB sobre a UNE. É a direção do PCdoB que define as posições da UNE, substituindo os estudantes, e quando convoca fóruns da Entidade é somente para referendar as posições do seu Partido. O PCdoB é a excrecência da prática política stalinista.

O PSTU, os estudantes de CS, principalmente os "anarquistas", tiveram uma experiência prática. Contemporâneos na polêmica sobre *direção do CA X Assembléia*, a juventude do PSTU apeçou-se à luta pela construção do CA. O PSTU aparelha as entidades estudantis e as

burocratizam. Querem o CA não para lutar, mas para inserir em seu blog mais uma entidade filiada, agora, a ANEL. No CA que dirige na UFRN, Serviço Social, a direção do CA toma decisões sem sequer consultar os estudantes, não os organizam para a luta pela melhoria do curso e nem sequer para as lutas gerais, como o aumento das passagens de ônibus. Porém, o membro do PSTU da direção do CA esteve no congresso que fundou a ANEL falando em nome de todos os estudantes do curso. É uma direção morta para a luta, distante da maioria dos estudantes, burocrática.

Com todas estas experiências, os estudantes concluíram que são os partidos políticos os responsáveis pelo esvaziamento, verticalização e ausência de democracia nas entidades estudantis. Na verdade, é a política eleitoralista, estalinista e aparelhista do reformismo e da esquerda (PT, PCdoB, PSTU) que são responsáveis pela burocratização das entidades estudantis.

Somente uma direção revolucionária é capaz de lutar contra estas políticas estranhas aos trabalhadores e trazer a participação e organização da maioria estudantil. A teoria revolucionária interessa-se em organizar a participação ativa e consciente da maioria explorada porque a Revolução Social é uma ação de massas conscientes e ativas.

Neste ano, a Corrente Proletária tem presenciado a experiência da organização em assembléia no curso de Ciências Sociais e tem críticas.

Primeiro: na primeira assembléia, depois de um grande período de desmobilização, foram escolhidos, na presença de 25 estudantes, os representantes dos colegiados e várias comissões responsáveis pela organização e mobilização dos outros estudantes do curso. Ora, os representantes das comissões são uma forma de direção no curso de Ciências Sociais que atua sob as assembléias. Portanto, a organização em assembléia não prescinde de uma direção semelhante ao existente nos outros CAs. Pior ainda, foram 25 estudantes (19 no momento da escolha) que elegeram os representantes dos colegiados e das comissões em detrimento de 490 estudantes do curso. Deste ponto de vista, a organização em assembléia está sendo mais burocrática do que muitas das direções de CA.

As assembléias funcionam sob o mito da "direção coletiva", onde supostamente as decisões seriam tomadas pela maioria. Nada disso acontece. Já ocorreram várias reuniões dos colegiados e nenhuma assembléia foi convocada para decidir a posição do representante. Será que a maioria conhece estes representantes? A "direção coletiva" está com um caráter mais centralizador do que um Centro Acadêmico (C.A). Não houve sequer uma divulgação das decisões da assembléia para o conjunto do curso.

Segundo: as assembléias ocorrem em um espaço de tempo muito

longo de uma para outra. Isto dificulta a organização e mobilização estudantil, impedindo a continuidade de uma luta ou campanha. Os espaços longos fazem com que uma assembleia não dê continuidade a outra, então vem à inatividade, a desmobilização e a desorganização. Tem-se a impressão que estamos sempre começando do zero. Além disso, as assembleias são realizadas num horário que dificulta a presença dos estudantes que estão no trabalho (17h30min.).

A questão seria solucionada se fosse exigido junto ao Departamento do curso, que as assembleias acontecessem durante o horário das aulas. Se não houvesse garantia para tal, que mobilizações fossem feitas para o horário do intervalo, no sentido de realizar a assembleia e logo em seguida interromper as aulas.

O que está sendo experimentado na verdade é a política dos neo-anarquistas. Estes estudantes não fazem absolutamente nada para incentivar a participação de todos e não têm política capaz disto, portanto se conformam com a pouca participação. A luta contra a burguesia e a burocracia universitária fica secundarizada, ou melhor, numa situação desta, impossibilitada. Mas o principal é a luta contra o aparelhamento do CA pelos partidos da esquerda oficial e do Congresso. Assim, os neo-anarquistas lutam contra as organizações de trabalhadores, mesmo as equivocadas, e se esterilizam contra a burguesia. A política neo-anarquista implementada no curso de ciências sociais é incapaz de qualquer mobilização de massa ativa e consciente.

A direção do DCE (PT e “independentes”) tem estudantes do curso de Ciências Sociais. Eles colaboram com esta forma de organização estudantil

Por uma F.E. revolucionária: abaixo a burocracia!

No dia 01 de dezembro irão ocorrer as eleições para diretor e vice da Faculdade de Educação (FE). Na realidade, a eleição é uma farsa. Primeiro, porque é uma consulta e não uma eleição. No fim, vai ser formada uma lista triplíce e o Reitor escolherá quem vai ser o diretor. Ele não é obrigado a escolher o mais votado. Além disso, a consulta é extremamente antidemocrática: o voto dos professores tem um peso de 70%, enquanto a maioria da comunidade universitária (estudantes) possui um peso de 15%. É por isso que os candidatos são escolhidos em decisões de cúpula, sem a participação dos estudantes. Para eles, o maior segmento da UERN não importa, pois seus votos não valem nada.

Esta estrutura de poder nas universidades existe para possibilitar que a minoria (burocracia universitária – reitor, pro reitor, chefes de departamento, diretores de faculdades, etc, maioria docente que defende e representa os interesses do governo e, portanto da burguesia) imponha suas decisões sobre a maioria (comunidade universitária, maioria estudantes). A burguesia mantém privilégios, altos salários e maior peso nas decisões através das leis de seu Estado para que uma pequena casta de docentes defenda seus interesses internamente nas universidades.

Para acabar com o poder da burguesia sobre a UERN é preciso conquistar o **voto universal** (cada pessoa, um voto) e a **soberania das assembleias universitárias**. Enfim, derrotar a burocracia universitária. A soberania das assembleias universitárias com voto universal e mandatos revogáveis garantiria o controle da UERN pelos que estudam e trabalham, o controle da universidade pela maioria estudantil (poder estudantil) garantiria o controle da UERN pelos trabalhadores, rompendo com o poder e ideologia burguesas. A assembleia universitária constituir-se através da luta da comunidade universitária (docentes, funcionários e estudantes) contra a burocracia da UERN e governo (Estado) burgueses. A comunidade constitui uma administração tripartite (docentes, funcionários e estudantes) com maioria estudantil.

Com estas idéias, o **PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO**

porque não se interessam, do mesmo modo, em organizar o conjunto da categoria. A direção do DCE busca a luta por dentro dos fóruns burocráticos da UFRN aceitando assim, a dominação da burguesia exercida através da burocracia universitária. Se há uma adesão consciente as assembleias, porque não generalizam a experiência? Os estudantes do curso de Ciências Sociais da direção do DCE possuem uma postura oportunista.

Assim funciona o mito da “direção coletiva” no curso de Ciências Sociais: menos de duas dúzias de estudantes se reúnem num horário impróprio, para discutir questões secundárias e tagarelar sobre como num futuro – não se sabe quando – vão tomar alguma atitude em prol do curso!

A Corrente Proletária é adversária dos neo-anarquistas por defender uma organização do curso que vise à participação ativa da maioria dos estudantes na luta contra a reitoria e governo burgueses. Para isso é necessário lutar pelos problemas mais sentidos dos estudantes e, para evitar o aparelhamento da entidade e/ou sua burocratização, defende a soberania das assembleias gerais, ou seja, que as decisões sejam tomadas pelo conjunto dos estudantes, em reuniões amplamente divulgadas, horário favorável a participação da maioria e com garantia irrestrita de voz e voto. A soberania das assembleias para discutir e deliberar pelos problemas mais sentidos dos estudantes garante o compromisso de todos na luta ativa. Não é a forma tão somente ou principalmente, que garante a participação e organização democrática da maioria, mas a política assumida. A política revolucionária é a única capaz de mobilizar e organizar a luta participativa e ativa da maioria explorada.

(POR) convida as estudantes de pedagogia para aproveitar esta consulta e iniciar uma luta por uma UERN dirigida e controlada pelos trabalhadores; uma UERN livre da burocracia universitária, portanto, da burguesia. Essa luta pode começar pela conquista de uma F.E. Revolucionária. Esta luta deve ainda englobar as propostas:

1. Financiamento total da UERN pelo Estado. A comunidade diz quanto precisa.
2. Concurso público classificatório para funcionários. Nenhuma demissão. Contra a ingerência do Ministério Público na UERN.
3. Fim das PPPs. Por um curso de pedagogia que una teoria e prática (educação vinculada à produção social) desde o primeiro instante da formação.
4. Fim das faltas e avaliações tradicionais. Por uma total reformulação do currículo.
5. Nenhuma avaliação externa do governo. Retirada do curso de pedagogia do ENADE.
6. Por condições de trabalho e salários aos professores. Salário mínimo real de 3500 reais. Carreira única de professor. Garantir o direito a qualificação. Liberação de todos os professores. Nenhum professor provisório. Contratação imediata de mais professores.
7. União com os trabalhadores. A nova UERN só será concretizada sob uma nova sociedade. Luta pelo fim do capitalismo e construção do socialismo.
8. Fim das gratificações da burocracia universitária.
9. Restaurante universitário gratuito para todas as estudantes e no próprio campus.
10. Assistência estudantil: Creches, circular gratuito, Residência universitária no campus em que estuda.

Nossa intenção é transformar a F.E. em um pólo de luta contra a burocracia e governo burgueses. **POR UMA F.E. REVOLUCIONÁRIA!**

Escola de Quadros do POR PCdoB e suas cisões

A ruptura com o PCB

No Massas 382, demos início à publicação de uma série de artigos dedicados ao balanço do período de 1960 a 1970. Mostramos em linhas gerais as divisões no campo das esquerdas, o surgimento de novos agrupamentos, a luta armada contra a ditadura militar e a responsabilidade fundamental do estalinismo na eclosão do foquismo. A escola de quadros de 8 de novembro, em continuidade, se concentrou no estudo da formação do PCdoB e das duas cisões que deram origem ao Partido Comunista Revolucionário (PCR) e ao PCdoB - Ala Vermelha.

No Massas anterior, mostramos a incapacidade dos estalinistas brasileiros de compreenderem o porquê do XX Congresso do PCUS (1956) denunciar os crimes de Stálin, quando Trotsky já o tinha feito incontestavelmente, e do XXI Congresso (1959) determinar a linha de “coexistência pacífica” com o imperialismo, caminho esse previsto também por Trotsky.

A fração ortodoxa do estalinismo, encarnada por Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Mauricio Grabois e Pedro Pomar, liderou a mais significativa divisão do PCB, opondo-se à via pacífica da revolução. Ocorre que a divergência não se deu sobre a base do programa da revolução proletária, mas sim da revolução democrático-burguesa. Assim, a tática não estava subordinada à estratégia da ditadura do proletariado. Não basta a distinção entre luta pacífica e luta armada. É essencial o seu conteúdo de classe. A política militar do partido expressa o programa. A divisão da fração Diógenes Arruda/João Amazonas com a liderada por Luis Carlos Prestes se deu sobre o mesmo programa da revolução burguesa, de cunho nacionalista (antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária) e regido pela concepção estalinista das duas etapas (oposta à da concepção de Lênin (revolução ininterrupta) e de Trotsky (revolução permanente)).

A virada do IV Congresso de novembro de 1954, que foi precedido pelo Manifesto de Agosto (1º de agosto de

1950), ambos manejados por Prestes, não modificava a essência do programa democrático-burguês e da orientação nacionalista. As guinadas do PCB ora de apoio ao governo burguês da situação ora de oposição marcam a trajetória do estalinismo no Brasil. A razão está em que o PCB esteve condicionado pela caracterização da existência de uma fração da burguesia nacional progressista que permitia uma aliança com a classe operária para se constituir um governo revolucionário, reformista e nacionalista.

Findado o Estado Novo de Getúlio e aberta uma nova situação com o fim da Segunda Guerra, o PCB teve a oportunidade de se integrar a fundo na política eleitoral. Os 9% dos votos obtidos em 2 de dezembro de 1945, a formação de uma considerável bancada parlamentar e o processo constituinte levariam o PCB a desfraldar a tese da solução pacífica dos problemas nacionais. No entanto, no ano seguinte, a burguesia e o governo de Dutra voltavam a reprimir o PCB.

Em 1946, os Estados Unidos armavam a ofensiva da Guerra Fria contra a União Soviética, o que tornava difícil a linha de coexistência pacífica com o imperialismo e a atuação dos partidos comunistas. No Brasil, o reflexo foi imediato. Da repressão de 1946, o governo Dutra passou à cassação da legalidade do PCB, que ocorreu em maio de 1947. O partido na ilegalidade fará uma virada à esquerda para acobertar sua adaptação à legalidade e suas posições de reformas pacíficas e de governo de união nacional.

Prestes, Arruda e Amazonas caminharam unidos para o IV Congresso. Os atritos se manifestaram dois anos depois, culminando com o rompimento em 1962 e formação do PCdoB.

A fração do estalinismo ortodoxo cindiu o partido com a caracterização de revisionismo, ou seja, de afastamento da doutrina de Stálin, mal traduzida como continuidade de Lênin. O V Congresso do PCB, de agosto de 1960, se dará sob o impacto do XX e XXI Congressos do PCUS e da mudança de conjuntura política no Brasil, que abria a

possibilidade do PCB voltar à legalidade. Caracteriza-se por rechaçar o Manifesto de Agosto e o IV Congresso, considerado fruto de uma virada sectária.

A luta interna ganhou novas dimensões, abrindo caminho para a fratura. A fração ortodoxa não admitiu a mudança do nome de PCdoB para PCB em nome do internacionalismo - a partícula de ligação “do” indicava sua ligação com a III internacional. Ocorre que esta havia sido extinta e substituída pelas ordens diretas do PCUS, ou seja, da burocracia soviética por meio do Birô de Informação Comunista (Cominform).

O V e o VI Congressos da III Internacional transcorreram sob a égide da burocracia estalinista, deformando e finalmente eliminando o programa internacionalista dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional. O PCB, fundado em 1922, foi estalinizado logo no nascedouro.

A rejeição da “coexistência pacífica” pelos partidários do PCdoB desconheceu que esta foi gerada nas entranhas da burocracia estalinista, que passou a reproduzir posições da velha social-democracia. A abdicação da luta de classe e sua substituição pela conciliação com setores da burguesia ditos progressistas derivaram das teses da revolução por etapas ditadas aos PCs dos países semicoloniais. Aí encontramos a matriz da via pacífica que será abertamente encarnada pela fração direitista e francamente restauracionista de Nikita Krushev. Faz parte da política de conciliação de classe a bandeira de “coexistência pacífica”.

Mas a vida de um partido tem suas particularidades nacionais. Referimo-nos à luta armada e sua passagem para o legalismo. Os dirigentes do PCB não puderam compreender o levante militar de novembro de 1935, orientado por Prestes. A aventura golpista quase liquidou o PCB.

O tenentismo de 1922 e de 1924/27 criou a liderança de Prestes, que foi assimilado pelo estalinismo. Homem de prestígio nacionalista, mas não marxista. Era a peça que a burocracia soviética encontrou para encabeçar o PCB. A crise ainda não debelada pela derrota do

tenentismo e a nova etapa aberta pela denominada Revolução de 30 permitindo que o caudilho recém-chegado da União Soviética encabece o PCB e o leve a se responsabilizar por uma rebelião militar completamente à margem do proletariado e das massas oprimidas.

O programa do PCB já era o da revolução democrático-burguesa. Depois da trágica experiência, as posições de Prestes foram as de mergulhar o PCB na legalidade institucional e organizar movimentos de defesa dos interesses nacionais, ou seja, da burguesia interna frente ao imperialismo. As lideranças que formaram o PCdoB estiveram adaptadas a essa história. Eis por que a questão das armas não foi equacionada como parte do programa.

PCdoB vai à luta armada

Em fevereiro de 1962, o PCdoB publica seu “Manifesto-Programa”. Inicia descrevendo a situação de atraso econômico, de desequilíbrios regionais e de dificuldades por que passam as massas. Responsabiliza por esse quadro o imperialismo espoliador do país – principalmente os Estados Unidos – os latifundiários que mantêm o monopólio da terra e a minoria capitalista que concentra as riquezas. Conclui: “O imperialismo, o latifundiário e os grupos monopolistas da burguesia são, por conseguinte, os principais entraves ao progresso da nação e à conquista do bem estar do povo”.

Como expressão dessa realidade, essas forças dominantes instauraram um “regime reacionário e antinacional.” Conseqüentemente: “A vida da sociedade brasileira está organizada em função da defesa dos privilégios de uma ínfima minoria e não de acordo com os interesses gerais da nação.”

A resolução identifica que “parcelas do povo começam a falar em revolução.”

Critica as soluções parciais apresentadas por várias posições políticas e chega à estratégia: “Impõe-se a instauração de um novo regime, regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, regime que expresse as forças sociais em ascensão no país, os anseios dos operários e camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia urbana, dos pequenos e médios

industriais e comerciantes e de outros elementos progressistas. Este regime, porém, somente será criado se essas forças afastarem do poder as atuais classes dominantes e instalarem um governo revolucionário popular”.

Em seguida, o Manifesto-Programa apresenta as tarefas de tal governo, como suspensão do pagamento da dívida externa, monopólio do comércio exterior, denúncia de tratados lesivos, reforma agrária radical, defesa da indústria nacional, fim da carestia etc. Explica que os detentores do poder não cederão pacificamente a esse programa, o que torna “inviável o caminho pacífico da revolução.” Poderão ser utilizadas várias formas de luta (campanhas eleitorais, movimentos patrióticos), mas somente “as ações revolucionárias de envergadura darão o poder ao povo.”

Em uma frase, faz a seguinte avaliação: “Os inimigos da revolução não possuem a força que apresentam ter”.

Exorta a unidade de operários, camponeses, estudantes, intelectuais, soldados, marinheiros, etc. Chega à conclusão: “A unidade da esmagadora maioria da nação é necessária e possível e, sob a direção da classe operária, será a força capaz de varrer todas as barreiras que se erguem no caminho da emancipação nacional e social do povo brasileiro.”

Sintetizamos o Programa para extrair a essência. Temos em mãos a revolução por etapas, exposta de maneira incompleta e superficial. Como estalinistas, não admitem que o Brasil é um país capitalista, de economia atrasada e semicolonial, cujas tarefas democráticas (independência nacional, revolução agrária etc) serão solucionadas pela revolução proletária. Se na época de fundação do PCB já era assim; em 1960, a sustentação das teses passadas da revolução democrático-burguesa (feudalismo ou traços feudais, fração progressista da burguesia), com esta ou aquela adaptação, constitui um absurdo gritante.

Não se pode ser antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista sem que o proletariado apoiado na maioria oprimida exproprie a propriedade privada dos meios de produção e a transforme em propriedade coletiva.

O Programa do PCdoB propõe mu-

dar o regime sem destruir o capitalismo. De regime antinacional, para regime nacional. O governo popular do Programa é burguês, embora conste como idéia a “unidade da esmagadora maioria da nação, sob a direção da classe operária.” Esse governo se atém às tarefas democráticas, como indica sua descrição programática.

Trata-se uma utopia a classe operária liderar um movimento de maioria oprimida para constituir um regime burguês nacional e de reformas estruturais.

O uso da força (revolução) para afastar do poder a fração monopolista e latifundiária e constituir um governo nacional (popular) está condicionado à execução puramente de tarefas democrático-burguesas. O campesinato não comparece com uma força social definida. Assim como ocorre com a classe operária, o Programa dilui os camponeses sob a fórmula de governo popular.

Não é admissível para o estalinismo a aliança da classe operária com a classe camponesa – duas classes distintas, cujas diferenças o Programa ignora – e, portanto, a estratégia da conquista de um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado. Não há desculpa alguma, na década de 60, para se rejeitar, ignorar ou combater a tarefa de constituir a aliança operário-camponesa.

O governo popular do Programa é oposto ao do governo operário e camponês, formulação apropriada para o programa da revolução e ditadura proletárias.

É compreensivo o subjetivismo da avaliação do Programa quanto à força da reação e à da revolução. Em abril de 1964, triunfava o golpe militar, cerca de um ano e meio depois da aprovação do Manifesto-Programa de fundação do PCdoB.

O estalinismo constituiu em uma política de deformação do marxismo-leninismo.

No Massas 384, daremos continuidade. Será analisado o documento “União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista, de 1966. Nessa nova situação, o PCdoB formula a posição da luta armada e prepara-se para a guerrilha no Araguaia.

Nesta edição:

- Na América Latina não existe possibilidade para o pleno desenvolvimento econômico e social no marco do capitalismo
- Honduras: palco de uma disputa interburguesa submetida ao imperialismo ianque
- Ataque militar revela ampliação de ofensiva ianque no Afeganistão e região



Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Os governos populistas confirmam a tese trotskista:**Na América Latina não existe possibilidade para o pleno desenvolvimento econômico e social no marco do capitalismo***Andrés*

A crise capitalista está longe de se esgotar. Com os sete bancos quebrados ultimamente nos Estados Unidos, já são 106 as instituições financeiras que fecharam este ano. Isto não significa, no entanto, que a burguesia e suas multinacionais estão passando mal. Pelo contrário, a burguesia imperialista possui uma forte consciência de classe, por isso tem agudizado a luta de classes, descarregando a crise sobre a classe trabalhadora internacional.

A América Latina, em que pese toda a demagogia do populismo, está refletindo este cenário de crise econômica e social capitalista. Os que proclamam a possibilidade de um bloco regional oposto ou pelo menos paralelo e autônomo ao imperialismo ocultam que a maior potência de América do Sul, Brasil, é um verdadeiro agente do imperialismo, por isso lhe foi concedido acrescentar algumas quotas de poder nos organismos imperiais como o FMI e o BM. Lula faz grandes negócios com Estados Unidos; privatizou um terço da Amazônia e lhe vende grandes quantidades de etanol, entretanto se abraça com Evo e Chávez, prometendo-lhes que Brasil mudará o rumo depredador do BM e do FMI. Enquanto a Bolívia se endivida com o FMI em 10 bilhões de dólares para industrializar o gás natural, o Brasil transfere ao mesmo organismo uma soma similar para que freie a industrialização no mundo, tudo enquanto Evo declara Lula “amigo dos bolivianos”.

Por seu lado, os experimentos neo-nacionalistas são um verdadeiro fiasco. O discurso de Chávez e Morales contra o capitalismo “malvado” são somente palavras vazias. Os governos, venezuelano e boliviano, estão fazendo o papel de sustentáculos do capitalismo atrasado, melhorando os orçamentos estatais, mas sem a possibilidade, dada a natureza das medidas econômicas que tomam, de construir uma nação burguesa forte. Não apostam na criação de uma grande burguesia, mas na pequena produção de microempresários, não querem a libertação nacional, mas serem melhor tratados pelos amos do mundo. Na Venezuela onde, segundo Chávez, se constrói nada menos que “o socialismo do século XXI”, 70% da economia nacional está controlada pela empresa privada, estrangeira e nacional. E não pense que a situação esteja sequer lentamente sendo revertida pela “revolução bolivariana”, mas o oposto, o setor privado não só mantém seu poderio econômico mas o aumenta.

Na Bolívia, a situação para as multinacionais não está nada mal.

Ha pouco tempo, a REPSOL declarou publicamente que a Bolívia é o único país onde se ganha 10 dólares ao aplicar um, quando no resto do mundo é de 4 dólares ganhos por um aplicado. O preço da crise energética não é pago pelas empresas imperialistas, mas pelo Estado boliviano que observa a redução do valor arrecadado com a exportação de minerais e gás. O PIB este ano terá uma queda de pelo menos 3 pontos (3%) com relação ao ano passado (6%). Evo Morales, o “primeiro presidente indígena”, não está interessado em resolver as profundas contradições do regime social; os 20% mais ricos se apropriam de 58% das receitas. Os trabalhadores melhor remunerados da Bolívia recebem uma renda 14 vezes superior que o grupo mais pobre, uma diferença distributiva que vem se mantendo, segundo um estudo do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Laboral e Agrário (Cedla), nos últimos oito anos

Enquanto o cenário político é dominado pelos apelos aos indígenas, o maior problema dos índios do país está longe de ser resolvido. A Constituição do Estado “plurinacional” decidiu respeitar o latifúndio no oriente, enquanto o problema das pequenas propriedades não é tocado, nem mesmo um vislumbre de programa do governo indígena. Este fato continua a causar grandes ondas de migração interna. Quase que diariamente ouvimos notícias de ocupações de lotes em áreas periféricas, ocupações feitas por camponeses pobres que deixam o campo onde o minifúndio e a importação de produtos de outros países estão colapsando a produção agrícola.

A perspectiva assinala em curto prazo um recrudescimento dos antagonismos sociais. No cenário político, a direita reacionária esgotada e dizimada porque não existe melhor expressão política da burguesia que o MAS, não encontra rumo. Este conjunto de fatores permite assinalar que as contradições sociais podem expressar-se politicamente em um choque entre setores de explorados contra a próxima gestão governamental de Evo Morales. Mas isto não é suficiente para o surgimento de uma alternativa política ao indigenismo pró-burguês e a direita fascista. É imprescindível a presença física do partido revolucionário nos acontecimentos para promover a evolução da consciência das massas que serão obrigadas a lutar contra as consequências da decomposição do sistema social.

(Extraído do Masas boliviano nº 2151, de 15/11/09)

Honduras: palco de uma disputa interburguesa submetida ao imperialismo ianque

Os EUA pressionaram diretamente em favor de um acordo para pôr fim à crise em Honduras. A Secretária de Estado Hillary Clinton enviou seu subsecretário ao país para intermediar as negociações entre o governo golpista e o presidente deposto, Zelaya. A pressão dos EUA visava a acabar com as manifestações e protestos contra o governo golpista, que colocam o país em uma situação de instabilidade política permanente há 4 meses. O acordo firmado, em que o Congresso do país deve votar a volta de Zelaya e se constituir um governo de coalizão entre zelayistas e golpistas não durou muito. Logo, o poder judiciário determinou um prazo de 15 dias para avaliar a legalidade do acordo. O que deixaria Zelaya fora do governo de coalizão até lá. Zelaya então não indicou os membros do governo de coalizão, no prazo de 5 de novembro. O acordo fracassara nos seus elementos práticos. Mas não no seu conteúdo político e nos objetivos do imperialismo.

A realização do acordo mostrou como as partes estão submetidas aos ditames dos EUA. Zelaya voltaria ao poder apenas como um governo fantoche, sem nenhum poder. Os golpistas não sofreriam nenhum tipo de punição, e ainda garantiriam presença num governo de coalizão. Zelaya não poderia ser re-

eleito. Os golpistas poderiam tornar válidas diante da comunidade internacional as eleições de 29 de novembro.

A estratégia do imperialismo se mantém: esteve por trás do golpe a fim de evitar que o governo de Zelaya se reelegesse e mantivesse Honduras em ritmo de aproximação com o governo venezuelano de Chávez e sua frente de países que busca melhores condições de negociação com os EUA; condenou o golpe diante das revoltas populares e da pressão internacional; e passou a reivindicar a volta de Zelaya sem qualquer poder real e sem possibilidade de reeleição, coisa que Zelaya aceitou prontamente.

A volta de Zelaya ao poder nessas condições é a realização da estratégia imperialista para a situação. As massas têm sido arrastadas para essa saída: a da negociação interburguesa que as exclui das decisões e manterá a ditadura de classe dos exploradores.

Por isso, a política revolucionária tem de apontar a necessária independência de classe: combater nas ruas os golpistas, mas não pela volta de Zelaya (apoiada pelos EUA) e sim por sua estratégia própria de poder: o governo operário e camponês.

Ataque militar revela ampliação de ofensiva ianque no Afeganistão e região

O major Nidal Malik Hasan, ao assassinar 13 colegas e levar 4 tiros em sua base militar, em Fort Hood, no Texas, acabou trazendo à tona informações que vão bem além do debate acerca da presença muçulmana nas tropas norte-americanas ou da política de investigação sobre a comunidade islâmica nos EUA. Cerca de 50 mil soldados frequentam a base, que é especializada em treinamento de soldados a serem enviados ao Afeganistão e região. O que evidenciou que existe em andamento o preparo de envio de dezenas de milhares de soldados para a região.

As mudanças na política de Obama

Obama foi recentemente premiado com o Nobel da Paz. Mais que a usual hipocrisia, essa premiação foi uma cusparada sobre os povos do Oriente Médio e Ásia Menor, que enfrentam a ofensiva intervencionista do imperialismo norte-americano. Afeganistão e Paquistão são palco de um aumento da resistência do Taleban à ingerência imperialista na região. A recente visita de Hillary Clinton ao Paquistão

conviveu com atentados do Taleban a algumas centenas de metros de onde estava a chanceler ianque. O Taleban procura mostrar força diante da escalada da presença militar no Afeganistão e região.

Obama se apresentava como o candidato que iria pacificar os conflitos no Oriente Médio e Ásia Menor. Prometia a retirada das tropas do Iraque. Hillary, desde quando disputava a indicação do Partido Democrata às eleições presidenciais, defendia que deveria haver uma mudança de política externa, coisa que agora está em suas mãos.

O que mudou de fato na política externa dos EUA? Essencialmente, a forma. Os objetivos centrais foram preservados, decorrem das necessidades da potência imperialista em ampliar o intervencionismo econômico, político e militar em toda parte. Trata-se de ampliar o controle sobre as fontes de matéria-prima (em especial o petróleo) e dos mercados para exportação de capitais e mercadorias. A crise econômica não atenuou essa necessidade, ao contrário, a acirrou. O que requer

do governo de Obama mais guerras, maior protecionismo, mais intervenção política sobre os demais países. O que muda é a forma: ao invés de organizar a agressão militar sobre um país desconsiderando as demais potências e elementos políticos (como Bush fez sobre o Iraque), Obama age buscando aliados na Europa e no interior dos próprios países sobre os quais exerce ofensiva. É o caso do Irã, onde os EUA fortalecem e impulsionam a oposição interna, impõem uma frente com os países europeus e Rússia, e pressionam para que os demais países condenem as manobras nucleares do governo dos aiatolás. É o caso do Afeganistão, em que os EUA formam o novo governo pela via das eleições fraudulentas, aumentam as tropas militares, pressionam o governo paquistanês para reprimir o Taleban etc.

A posição revolucionária só pode ser a de defesa incondicional do país atrasado contra o intervencionismo imperialista. Lutar em toda parte contra a agressão dos EUA ao Irã, Taleban (Afeganistão, Paquistão) etc.